



Ministério das Finanças e da Administração Pública  
Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais

GABINETE DO MINISTRO  
DE ESTADO E DAS FINANÇAS

Entrada nº 3356 de 10/05/10

Proc 04.02.01 Dip. /

Exma. Senhora  
Dra. Filipa Bandeira de Melo  
Chefe do Gabinete de S. Exa.  
Ministro de Estado e das Finanças

Sua referência:

Sua comunicação de:

Nossa referência:

Nossa comunicação de:

OFC-143-Direcção-2010

10-05-2010

ASSUNTO:

Relatório de Actividades do GPEARI de 2009

Despacho n.º 000284/10/MEF

Nos termos da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro, junto se remete, para aprovação e homologação, o Relatório de Actividades do GPEARI de 2009, o qual integra a auto-avaliação do serviço.

Com os melhores cumprimentos,

*Aprovo o relatório de actividades de 2009.  
Homologo a menção de desempenho  
Boni proposta pela Sr. DG GPEARI.*

A Directora-Geral

*Inês Drumond*

(Inês Drumond)

*16.7.10  
Fernando*

Fernando Teixeira dos Santos  
Ministro de Estado e das Finanças



---

# Relatório de Actividades 2009

**GABINETE DE PLANEAMENTO, ESTRATÉGIA, AVALIAÇÃO E  
RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

Ministério das Finanças e da Administração Pública

---



## Ficha Técnica

---

### Título

Relatório de Actividades do GPEARI - 2009

### Data de finalização

10 de Maio de 2010

### Endereço

Gabinete de Planeamento, Estratégia e Avaliação e Relações Internacionais

Ministério das Finanças e da Administração Pública

Av<sup>a</sup> Infante D. Henrique n<sup>o</sup>1 – 1<sup>o</sup>

1100 – 278 Lisboa

Telefone: 218823396

Fax: 218823399

URL: <http://www.gpearl.min-financas.pt>

---



## Índice

Nota Introdutória.....	1
I. Enquadramento .....	3
II. Auto-avaliação .....	5
II.1. QUAR 2009 – Análise dos resultados alcançados e dos desvios verificados.....	5
II.2. Análise das causas de incumprimento ou de resultados insuficientes.....	10
II.3. Avaliação do sistema de controlo interno .....	10
II.4. Recursos .....	12
3.1 Recursos Humanos .....	12
3.2 Recursos Financeiros .....	13
II.5. Desenvolvimento de medidas para um reforço positivo do desempenho .....	14
II.6. Menções de reconhecimento e melhorias de eficiência .....	14
II.7. Audição de dirigentes intermédios e demais trabalhadores na auto-avaliação do serviço.....	15
II.8. Menção proposta resultante da auto-avaliação.....	16
III. Execução do Plano de Actividades .....	17
IV. Conclusões prospectivas .....	45
ANEXOS.....	47
Lista de Acrónimos.....	48
A1. Organograma do GPEARI – 2009 .....	50
A2. QUAR do GPEARI - 2009.....	51
A3. Avaliação do sistema de controlo interno .....	55
A4. Quadros do Balanço Social .....	56
A5. Mapa de Execução Orçamental.....	60





## Nota Introdutória

O presente Relatório de Actividades visa dar cumprimento ao estabelecido na alínea e) do n.º 1 do artigo 8.º e no artigo 15.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro. Com este propósito, são apresentados os elementos qualitativos e quantitativos demonstrativos dos resultados alcançados em 2009 pelo Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais do Ministério das Finanças e da Administração Pública (GPEARI).

Em 2009, a actividade do GPEARI esteve significativamente concentrada no acompanhamento da crise económica e financeira, destacando-se o apoio prestado na monitorização e acompanhamento técnico da Iniciativa para o Reforço da Estabilidade Financeira e da Iniciativa para o Investimento e o Emprego, a nível nacional, e do Plano Europeu de Recuperação Económica, a nível internacional. Em particular, e para além de garantir o cumprimento das solicitações regulares, o GPEARI prestou apoio na monitorização e acompanhamento técnico das iniciativas e plano acima referidos, participou em diversos grupos de trabalho a nível europeu que foram criados na sequência da referida crise, colaborou no desenvolvimento da proposta de reforma da supervisão financeira em Portugal e fomentou o debate e a análise de temas relacionados com a conjuntura económica e financeira organizando dois *workshops*, um sobre supervisão financeira e outro, em colaboração com a Comissão Europeia e com o Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia, Inovação e Desenvolvimento, sobre competitividade e sustentabilidade das finanças públicas.

A nível das relações internacionais, e igualmente no contexto da crise internacional, destaca-se o papel do GPEARI na organização da Primeira Reunião Extraordinária de Ministros das Finanças Ibero-Americanas e da Primeira Reunião de Ministros das Finanças da CPLP. Visando aumentar o retorno da participação de Portugal em diversas Instituições Financeiras Internacionais, é igualmente de realçar a assinatura, em 2009, de um Acordo de Parceiros entre o GPEARI e a AICEP Portugal Global, bem como a incorporação de Portugal como accionista na Corporação Andina de Fomento.

Neste contexto, a avaliação global do desempenho do GPEARI em 2009 é considerada bastante positiva e a menção proposta neste relatório, em resultado do processo de auto-avaliação, é fundamentada pelos resultados obtidos no QUAR de 2009, onde 7 dos 10 objectivos foram superados, sendo os restantes atingidos, pela elevada taxa de execução do Plano de Actividades (84%) e ainda pelo número significativo de actividades que não estando programadas foram realizadas com sucesso.

Os resultados mencionados foram alcançados com redobrado esforço, fruto de condições particularmente desfavoráveis com destaque para a escassez de recursos humanos aliada às alterações ocorridas nos elementos da direcção superior, em meados do ano, num contexto de forte perturbação na envolvente externa, em particular na envolvente institucional e macroeconómica.



De facto, duas das principais restrições estruturais enfrentadas pelo GPEARI, e identificadas no início de 2009, mantiveram-se activas durante o ano, com repercussões sobre os trabalhos desenvolvidos. A primeira diz respeito à política de contratação de recursos humanos. Como referido no relatório de actividades de 2008, as elevadas qualificações dos colaboradores do GPEARI, fruto em grande parte do trabalho desenvolvido no próprio gabinete, tornam-nos activos de inegável valor. Consequentemente, é frequente a saída de técnicos para o desempenho de outras funções dentro e fora da Administração Pública, gerando uma carência evidente de recursos humanos em várias das unidades orgânicas do GPEARI e dificultando a implementação de uma política consistente de formação. Torna-se, neste contexto, imperioso adoptar procedimentos que permitam uma maior flexibilização na entrada e formação de novos colaboradores de forma a dotar o GPEARI de recursos humanos e técnicos capazes de garantir a qualidade dos serviços prestados e da informação produzida.

A segunda restrição, intimamente relacionada com a primeira, diz respeito à dificuldade em definir um planeamento consistente da utilização dos recursos, dificuldade essa que se voltou a fazer sentir durante o ano de 2009, fruto não apenas da restrição identificada acima, como também do número elevado de tarefas não programadas que foram surgindo ao longo do ano. Dadas as funções atribuídas ao GPEARI, em particular as de apoio à governação, e a actual conjuntura nacional e internacional, será de esperar que o número de solicitações não programadas se mantenha elevado, tornando evidente a necessidade de introduzir mecanismos que permitam responder de forma atempada e com a qualidade desejada às solicitações que vão sendo colocadas.

Porém, estas restrições não impediram o GPEARI de desempenhar inegavelmente, durante o ano de 2009, um papel reforçado no apoio à definição, concepção e monitorização de políticas económicas e na coordenação das relações internacionais, no âmbito do Ministério das Finanças e da Administração Pública, e por esse motivo avaliamos de forma muito positiva a sua actuação.

A Directora-Geral

Inês Drumond



## I. Enquadramento

O Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais do Ministério das Finanças e da Administração Pública (GPEARI) tem como missão (i) garantir o apoio à formulação de políticas e ao planeamento estratégico e operacional, em articulação com a programação financeira, (ii) assegurar, directamente ou sob sua coordenação, as relações internacionais e (iii) acompanhar e avaliar a execução de políticas, dos instrumentos de planeamento e os resultados dos sistemas de organização e gestão, em articulação com os demais serviços do Ministério das Finanças e da Administração Pública (MFAP).

Pela sua natureza de gabinete de apoio à governação, a actividade do GPEARI é fortemente influenciada pela envolvente institucional mas também pela evolução, não totalmente previsível, da envolvente macroeconómica. Assim, em 2009, e ao contrário do planeado, a actividade do GPEARI esteve significativamente concentrada no acompanhamento da recente crise económica e financeira, bem como das medidas de apoio à recuperação da actividade económica e de promoção da estabilidade financeira, que dominaram a agenda governativa, destacando-se, a nível nacional, a Iniciativa para o Reforço da Estabilidade Financeira e a Iniciativa para o Investimento e o Emprego, e, a nível internacional, o Plano Europeu de Recuperação Económica.

Em particular, e para além de garantir o cumprimento das solicitações regulares e planeadas, o GPEARI prestou apoio na monitorização e acompanhamento técnico das iniciativas e plano acima referidos, participou em diversos grupos de trabalho a nível europeu que foram criados na sequência da referida crise e cujo *output* terá necessariamente implicações para Portugal, colaborou no desenvolvimento da proposta de reforma da supervisão financeira em Portugal, e fomentou o debate e a análise de temas relacionados com a actual conjuntura económica e financeira organizando dois *workshops*, um sobre supervisão financeira, e outro, em colaboração com a Comissão Europeia e com o Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia, Inovação e Desenvolvimento, sobre competitividade e sustentabilidade das finanças públicas.

A nível das relações internacionais, destaca-se, ainda no contexto da crise internacional, a organização, durante o ano de 2009, da Primeira Reunião Extraordinária de Ministros das Finanças Ibero-Americanos e da Primeira Reunião de Ministros das Finanças da CPLP, onde foram debatidos, entre outros assuntos, a situação macroeconómica e financeira dos países envolvidos, bem como as formas de fazer face aos efeitos da crise. Com potenciais consequências significativas a nível da internacionalização da economia portuguesa, é ainda de referir a assinatura de um Acordo de Parceiros entre o GPEARI e a AICEP Portugal Global, que visa aumentar o retorno da participação de Portugal em diversas Instituições Financeiras Internacionais, bem como a incorporação de Portugal como accionista na Corporação Andina de Fomento.

No plano interno, ocorreu, em Junho de 2009, a saída do Director-Geral, Nuno de Sousa Pereira, tendo o cargo sido assumido pelo Subdirector-Geral Hélder Reis até Dezembro de 2010, data em que tomou posse a actual Directora-Geral, Inês Drumond.





Ainda em 2009, o GPEARI viu reconhecido o esforço desenvolvido em 2008, com a atribuição do prémio de distinção de mérito ao serviço, pelo desempenho excelente nesse ano.<sup>1</sup>

O ano de 2009 constituiu o segundo ano de pleno funcionamento da actividade do GPEARI, a qual teve início em Abril de 2007. Não obstante os recursos humanos terem ficado bastante aquém do planeado em algumas das áreas-chave, foi possível garantir o cumprimento, e superar a maioria dos objectivos constantes do QUAR 2009, concluindo-se por um desempenho bastante positivo do serviço, face aos meios disponíveis. Dado o número elevado de solicitações dirigidas ao Gabinete, não totalmente previsíveis e provenientes na sua grande maioria dos gabinetes da equipa política do MFAP (GMEF, GSEAO, GSEAF, GSETF e GSEAP), exigindo respostas céleres e prioritárias, uma percentagem reduzida das actividades programadas não se concretizou, por escassez de tempo e recursos, verificando-se, por outro lado, a realização de outras tarefas não programadas. Este efeito, não prejudicou, todavia, o alcance dos objectivos prioritários do serviço, definidos no QUAR 2009.

A actividade desenvolvida em 2009 subordinou-se aos princípios orientadores estabelecidos no Plano de Actividades para esse mesmo ano:

1. Potenciar a excelência da informação produzida;
2. Melhorar os níveis de eficiência e eficácia;
3. Aprofundar a participação nas organizações nacionais e internacionais.

Na secção seguinte do presente relatório é apresentada em detalhe a auto-avaliação do GPEARI evidenciando os resultados alcançados e os desvios verificados de acordo com o QUAR 2009. Nos casos justificados, descrevem-se as causas de incumprimento de acções ou projectos não executados ou com resultados insuficientes e apontam-se medidas a desenvolver no futuro para um reforço positivo do desempenho. Sempre que possível procedeu-se à comparação com o desempenho de serviços idênticos, no plano nacional. Refira-se, por último, que foi dado conhecimento prévio aos dirigentes intermédios sobre o processo de auto-avaliação do serviço, e que os demais trabalhadores colaboraram num processo interno de avaliação do serviço, através da realização de um questionário. Por fim, é apresentada a avaliação global proposta pelo dirigente máximo do GPEARI para o desempenho do GPEARI em 2009.

Na secção III é apresentado um balanço da execução do Plano de Actividades para 2009, acompanhado de uma descrição das principais actividades, programadas e não programadas, organizadas por áreas temáticas.

Na secção IV são apresentadas algumas conclusões prospectivas.

---

<sup>1</sup> Despacho n.º 756/09/MEF, de 14 de Outubro de 2009.



## II. Auto-avaliação

### II.1. QUAR 2009 – Análise dos resultados alcançados e dos desvios verificados

A auto-avaliação deve evidenciar os resultados alcançados e os desvios verificados de acordo com o QUAR do serviço. O quadro 1 resume os resultados obtidos para cada um dos dez objectivos operacionais constantes do QUAR 2009 do GPEARI, apresentado no anexo A2.

O GPEARI atingiu todos os objectivos que se propôs alcançar em 2009, superando a maioria deles. Assim, de acordo com a alínea a) do artigo 18.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro, a avaliação a atribuir ao desempenho do serviço em 2009 é de BOM.

**Quadro 1. QUAR 2009 - Avaliação Final**

Objectivos	Planeado	Realizado	Classificação
<b>EFICÁCIA</b>	<b>50%</b>	<b>61,6%</b>	<b>Superou</b>
O1. Garantir o apoio técnico à formulação e monitorização de políticas e à representação institucional do MFAP	40%	50,2%	Superou
O2. Desenvolver uma rede de informação nas áreas de competência do GPEARI	20%	20,2%	Superou
O3. Maximizar o retorno da Ajuda Pública ao Desenvolvimento	20%	23,7%	Superou
O4. Maximizar o retorno financeiro da participação portuguesa nas Instituições Financeiras Internacionais	20%	29,0%	Superou
<b>EFICIÊNCIA</b>	<b>25%</b>	<b>40,5%</b>	<b>Superou</b>
O5. Melhorar o grau de cumprimento dos prazos de resposta	30%	31,1%	Superou
O6. Optimizar resultados face aos recursos utilizados	40%	55,5%	Superou
O7. Reduzir custos administrativos	30%	75,2%	Superou
<b>QUALIDADE</b>	<b>25%</b>	<b>25,0%</b>	<b>Atingiu</b>
O8. Promover a qualidade do serviço prestado	30%	30,0%	Atingiu
O9. Promover a sustentabilidade financeira, social e ambiental através da implementação de boas práticas nas áreas de recursos partilhados, compras ecológicas e inovação de processos	40%	40,0%	Atingiu
O10. Reforçar a mais-valia do conhecimento gerado no GPEARI, através de novos produtos/iniciativas	30%	30,0%	Atingiu
<b>Avaliação final</b>	<b>100%</b>	<b>127%</b>	<b>Bom</b>

Verifica-se, no entanto, que a superação dos objectivos ocorreu apenas nos objectivos de eficácia e eficiência. Os objectivos de qualidade foram alcançados, mas vários factores, dos quais se destacam a escassez de recursos humanos aliado às alterações ocorridas nos elementos da direcção superior, constituíram um óbice à obtenção de níveis de qualidade mais elevados.

As actividades desenvolvidas em 2009, cuja descrição detalhada se apresenta na secção III, visaram a concretização de dez objectivos operacionais:



## OBJECTIVOS DE EFICÁCIA

### O1. Garantir o apoio técnico à formulação e monitorização de políticas e à representação institucional do MFAP

Ind 1. Número de documentos técnicos elaborados de suporte à formulação e monitorização das políticas e à representação institucional do MFAP (Meta=282; Resultado=389)

A generalidade das actividades desenvolvidas pelo GPEARI, decorrentes da sua missão, visa garantir o apoio técnico à formulação de políticas e ao planeamento estratégico e operacional, e assegurar, directamente ou sob sua coordenação, as relações internacionais. Para além do apoio técnico prestado à equipa política do MFAP, é necessário assegurar a participação num vastíssimo leque de comités e grupos de trabalho, a nível nacional, comunitário e internacional, o que requer igualmente um acompanhamento permanente e uma boa preparação e domínio técnicos em variadas temáticas.

Em 2009, o número de documentos técnicos elaborados excedeu o previsto em resultado de solicitações adicionais associadas ao contexto nacional e internacional, em profunda mudança o que, por si só, gerou grandes desafios à actividade do MFAP e, em particular do GPEARI.

Ind 2. Número de documentos publicados, de entre: artigos, *working papers*, publicação Economia Portuguesa (Meta=14; Resultado=15)

Uma das principais preocupações do Gabinete consiste em manter o corpo técnico dotado de conhecimento actualizado e especializado nas diversas matérias sobre as quais o GPEARI é solicitado a prestar apoio técnico. Promover o estudo analítico de temáticas nas áreas de competência do GPEARI e partilhar o *kown-how* adquirido é, pois, um dos objectivos principais do Gabinete, o qual é materializado, nomeadamente, através da realização de estudos que depois são publicados sob a forma de artigos ou documentos de trabalho na página electrónica do GPEARI ou na sua intranet.

A lista detalhada dos 15 artigos e outros estudos elaborados em 2009 é apresentada na secção III.

### O2. Desenvolver uma rede de informação nas áreas de competência do GPEARI

Ind 3. Número de outputs resultantes de projectos desenvolvidos em colaboração com entidades externas (Meta=8; Resultado=8)

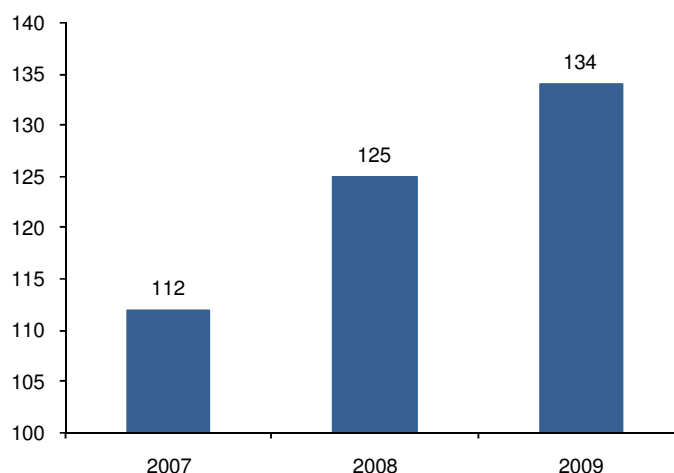
Uma das componentes deste objectivo consiste em elaborar projectos em parceria com entidades externas. Os oito projectos previstos foram desenvolvidos e incidiram em apresentações em *workshops* e seminários (4), elaboração do Acordo de Cooperação Cambial com S. Tomé e Príncipe (1), elaboração de um contributo para o documento "Relatório do grupo para o estudo da política fiscal", publicado na página electrónica do MFAP, em Outubro de 2009 (1) e participação e apoio na elaboração de teses de mestrado (2).

Ind 4. Número de quadros superiores colocados em organismos externos (Stock) (Meta=131; Resultado=134)



No âmbito da coordenação das relações internacionais, o GPEARI estabeleceu como objectivo alargar o âmbito da cooperação financeira internacional Portuguesa, criando condições para a obtenção de um maior retorno financeiro dos investimentos realizados e do cumprimento dos objectivos da política externa Portuguesa. Para a concretização deste objectivo concorreram as actividades desenvolvidas pela Direcção de Serviços de Cooperação e Instituições (DSCI) visando potenciar o retorno da participação do Estado nas Instituições Financeiras Internacionais (IFI) e cujos resultados relativamente às iniciativas de colocação de quadros portugueses nas IFI estão ilustrados no Gráfico 1.

**Gráfico 1. Número de quadros portugueses colocados nas IFI (Stock)**



### **O3. Maximizar o retorno da Ajuda Pública ao Desenvolvimento**

Ind 5. Resultados das acções A11 e A31 do piloto cooperação portuguesa (realizado vs previsto)/Custos das acções afectas ao GPEARI (realizado/previsto) (Meta=1,00; Resultado=1,18)

O resultado atingido para este indicador excedeu largamente o previsto, devendo-se ao facto de os custos associados às acções A11 (capacitação institucional) e A31 (participação nos organismos e mecanismos das IFI, da UE, da ONU, e de outras organizações internacionais) terem sido inferiores ao planeado (em parte porque algumas das assistências técnicas programadas não se realizaram), enquanto os resultados esperados das acções (número de assistências técnicas, número de funcionários públicos beneficiários da formação, número de acções de formação, grau de satisfação dos utentes com as acções de formação e taxa de sucesso dos formandos) terem, na generalidade, sido alcançados.

### **O4. Maximizar o retorno financeiro da participação portuguesa nas Instituições Financeiras Internacionais**

Ind 6. Financiamentos a entidades portuguesas do BEI e do CEB e valor dos contratos de outras IFI, ganhos por empresas portuguesas (índice 2007=100) (Meta=174; Resultado=252,5)

O resultado alcançado neste índice de retorno financeiro da participação portuguesa nas IFI foi largamente excedido, o que se justifica pelo facto de o montante de financiamento concedido pelo BEI a entidades portuguesas ter ultrapassado o valor inicialmente previsto.



## OBJECTIVOS DE EFICIÊNCIA

### O5. Melhorar o grau de cumprimento dos prazos de resposta

Ind 7. Percentagem de respostas e acções concluídas fora do prazo (Meta=5%, Resultado=4,8%)

O GPEARI é confrontado com uma vasta diversidade e quantidade de pedidos de apoio técnico especializado aos quais é solicitado a responder, muitas vezes em prazos muito curtos. Considerando que a qualidade do serviço prestado pelo GPEARI é percebida pelos seus *stakeholders* através, fundamentalmente, da adequação e tempestividade das respostas, considerou-se essencial, num contexto de insuficiência de recursos humanos em algumas áreas, garantir o cumprimento da resposta a solicitações inadiáveis em detrimento do envolvimento do GPEARI em novas iniciativas.

**Quadro 2. Grau de cumprimento dos prazos de resposta (%)**

Unidade orgânica	2008	2009
UPE	3,4	1,7
DSCI	13,6	0,9
DSPCG	0,8	0,9
DSRSI	30	14
<b>Média do GPEARI</b>	<b>8,9</b>	<b>4,8</b>

Nota: pedidos respondidos e acções desenvolvidas fora do prazo estabelecido / total de pedidos e acções desenvolvidas × 100

Pelo segundo ano consecutivo foi possível melhorar o grau de cumprimento dos prazos de resposta em praticamente todas as unidades orgânicas.

### O6. Optimizar resultados face aos recursos utilizados

Ind 8. Índice de eficiência do serviço (Meta=1,20; Resultado=1,67)

Enquadrado no princípio orientador de melhorar os níveis de eficiência, o GPEARI elaborou um índice para aferir a eficiência do serviço. Para isso estabeleceu um rácio entre os resultados alcançados face ao planeado e os recursos utilizados face ao planeado. O índice de eficiência atingiu um valor superior a um, em resultado de uma evolução favorável quer do numerador quer do denominador. Do lado do numerador, os resultados alcançados superaram, na generalidade, o esperado. Do lado do denominador, a utilização dos recursos financeiros ficou aquém do planeado, facto essencialmente explicado pelo número de trabalhadores, em 2009, que se situou bastante abaixo do previsto no quadro de pessoal.

### O7. Reduzir custos administrativos

Ind 9. Percentagem de redução dos custos administrativos por colaborador face ao ano anterior (Meta=10%; Resultado=25,1%).

A meta para este indicador foi largamente ultrapassada, explicando-se, em grande medida, pelo facto de a despesa com deslocações ter sido inferior à registada em 2008, em cerca de 27%.

**OBJECTIVOS DE QUALIDADE****O8. Promover a qualidade do serviço prestado**

Ind 10. Nível de satisfação dos utilizadores (escala de 1 a 5) (Meta=4; Resultado=4)

O GPEARI tem como objectivo último garantir a qualidade e fiabilidade da informação prestada a todos os seus *stakeholders*. A satisfação dos utilizadores com a informação disponibilizada bem como com o serviço prestado pelo GPEARI, em termos gerais, foi avaliada através da realização de um inquérito de satisfação de conteúdo semelhante ao realizado em 2008. Foram enviados 295 questionários e, entre 4 e 15 de Janeiro de 2010, foram obtidas 53 respostas válidas, correspondendo a uma taxa de respostas de 18%.

Numa escala de 1 a 5, foi estabelecida no QUAR 2009 uma meta de 4, equivalente a Bom, a qual foi atingida.

**Quadro 3. Resultados do questionário aos utilizadores externos**

	2008	2009
G1. Satisfação global dos clientes com a organização	4,1	4,0
G2. Satisfação com o envolvimento e participação	3,9	3,9
G3. Satisfação com a acessibilidade	3,9	4,0
G4. Satisfação com produtos e serviços	3,8	3,8
<b>Nível médio de satisfação dos utilizadores externos (escala 1 a 5)</b>	<b>3,9</b>	<b>4,0</b>

Nota: 1 = Mau, 2 = Insatisfatório, 3 = Satisfatório, 4 = Bom e 5 = Excelente.

**O9. Promover a sustentabilidade financeira, social e ambiental através da implementação de boas práticas nas áreas de recursos partilhados, compras ecológicas e inovação de processos**

Ind 11. Número de iniciativas implementadas (Meta=3; Resultado=3)

No QUAR de 2009 foram definidas metas relativamente à implementação de medidas conducentes à promoção da sustentabilidade financeira, social e ambiental. Em concreto, identificaram-se três áreas onde a concretização dessas metas poderia ser mais imediata, nomeadamente, através de iniciativas no âmbito dos recursos partilhados, pela progressiva implementação de compras ecológicas e pela inovação de processos. As três iniciativas concretizadas neste âmbito dizem respeito à implementação do GeRFIP (Gestão partilhada de recursos orçamentais, financeiros e contabilísticos do Estado), à aquisição e utilização exclusiva de papel reciclado e à integração das compras de grande volume nos procedimentos de aquisição promovidos pela Unidade Ministerial de Compras da Secretaria-Geral do MFAP.

**O10. Reforçar a mais-valia do conhecimento gerado no GPEARI, através de novos produtos/iniciativas**

Ind 12. Novas iniciativas implementadas (Meta=3; Resultado=3)





O GPEARI propôs-se implementar uma estratégia sustentada de novas iniciativas que permitam melhorar a qualidade dos serviços prestados aos seus diferentes *stakeholders*, sejam eles internos ou externos ao MFAP. As três iniciativas implementadas para materializar esse propósito consistiram na organização de um *workshop* "Financial Supervision and Regulation: Lessons from Crisis and Challenges Ahead", no dia 2 de Julho de 2009, no lançamento do boletim informativo da área internacional do GPEARI e na elaboração de um relatório (*Draft* interno) do Plano Estratégico do MFAP.

## II.2. Análise das causas de incumprimento ou de resultados insuficientes

Em termos dos objectivos fixados no QUAR de 2009 não se verificaram desvios negativos, conforme ilustrado no Quadro 1. Em termos das actividades planeadas para 2009 (descritas na secção seguinte), verificou-se, contudo, algum incumprimento e a obtenção de resultados insuficientes em algumas das acções programadas para 2009, facto que, todavia, não se revelou crítico para o cumprimento dos objectivos estabelecidos no QUAR de 2009.

**Quadro 4. Principais causas de incumprimento de acções programadas**

Natureza da causa	2008	2009
<b>Exógena</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Elevado número de solicitações externas, não programadas e com prazos de resposta curtos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Prioridade atribuída a solicitações externas com prazos de resposta inadiáveis em detrimento do envolvimento/desenvolvimento de novas iniciativas/projectos.</li> </ul>
<b>Endógena</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Instabilidade no que respeita à fixação de recursos humanos em algumas áreas, tendo-se assistido a saídas de técnicos superiores não previstas e não totalmente compensadas por novas entradas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Escassez de recursos humanos.</li> </ul>

## II.3. Avaliação do sistema de controlo interno

Em 2009, e de acordo com a informação constante no anexo A3, o sistema de controlo interno vigente no GPEARI caracterizava-se pelos seguintes aspectos:

### Ambiente de controlo:

- O GPEARI propôs-se integrar o grupo piloto de implementação do sistema GeRFIP na Administração Pública (Gestão de Recursos Financeiros da Administração Pública Partilhada), o que proporcionou o controlo externo de processos pela empresa pública GeRAP – Empresa de Gestão Partilhada de Recursos da Administração Pública, bem como a redefinição de circuitos e procedimentos, com vista a um melhor controlo da regularidade e legalidade dos processos contabilístico-financeiros.



- O sistema de *Helpdesk*, anteriormente implementado para os processos associados aos Sistemas de Informação, foi estendido aos procedimentos inerentes ao aprovisionamento, o que permitiu introduzir mecanismos de controlo de tempos de resposta naquela área e de consumos por unidade orgânica e colaborador. Contudo, há ainda melhorias e aperfeiçoamentos a efectuar ao longo do corrente ano 2010.

#### **Estrutura organizacional:**

- A totalidade dos colaboradores (dirigentes intermédios e demais trabalhadores) foi avaliada ao abrigo do SIADAP 2 e 3, respectivamente. Foram atribuídos prémios de desempenho a trabalhadores e dirigentes e, visando reconhecer o trabalho prestado pelos colaboradores e criar incentivos ao desempenho, procedeu-se, por opção gestionária, à alteração de níveis remuneratórios de trabalhadores.
- Não foi adoptado um plano de formação para 2009, mas cerca de 34% dos colaboradores frequentaram, pelo menos, uma acção de formação. Pese embora não tenha sido formalmente avaliada a pertinência dessas acções no desempenho do Gabinete, foi reconhecida a necessidade de aperfeiçoar e actualizar os conhecimentos profissionais.

#### **Actividades e procedimentos de controlo administrativo implementados no serviço:**

- A acção mais significativa que teve lugar no ano 2009, consistiu na implementação do sistema de gestão partilhada de recursos financeiros da Administração Pública – GeRFIP - conforme acima descrito. Esta acção implicou a participação permanente e intensa de cinco dos doze colaboradores da DSRSI, condicionando, significativamente, outras actividades dessa direcção de serviços, e representou a integral alteração de paradigma de controlo - donde se destacam as áreas de implementação do Plano Oficial de Contas Público e a Gestão de *Stocks*, associados a uma contabilidade analítica.
- Salienta-se, ainda, o alargamento do sistema de *Helpdesk* da DSRSI para as áreas de gestão de *stocks/economato*, permitindo melhorias ao nível do controlo de tempos e qualidade de respostas e de afectação de custos.

#### **Fiabilidade dos sistemas de informação:**

- Apesar da verificação de tempos de resposta inadequados, derivados, em grande parte, do Instituto de Informática do MFAP (IIMFAP) estar numa fase de arranque na prestação de serviços partilhados, reconhece-se que os sistemas de informação se encontram devidamente salvaguardados, com a infra-estrutura e segurança da rede, os *backup*, a réplica da informação e os softwares de base a serem assegurados e controlados pelo IIMFAP.





## II.4. Recursos

### 3.1. Recursos Humanos

No final de 2009, o número de colaboradores efectivos no GPEARI ascendia a 44, conforme informação constante dos quadros do Balanço Social<sup>2</sup>, apresentados no anexo A4. Pelo segundo ano consecutivo, o número de efectivos ficou aquém das reais necessidades do serviço, principalmente no que se refere a técnicos superiores. Do total de postos de trabalho previstos no mapa de pessoal para 2009, 12 não foram preenchidos (21%), 3 em cargos dirigentes e 9 na carreira técnica superior. No decurso de 2009 ocorreram 4 entradas e 5 saídas de pessoal técnico superior (Quadros 5 e 6 do anexo A4).

O quadro de pessoal do GPEARI, em 2009, era caracterizado por:

- Idade média etária relativamente baixa

A idade média etária situou-se nos 41 anos (42 anos, em 2008), e a classe média etária nos 40-44 anos de idade (50-54 anos de idade, em 2008).

- Elevada taxa de habilitação superior

82% dos trabalhadores do GPEARI possuíam habilitações académicas de nível superior (Licenciatura, Mestrado e Doutoramento). Em 2008, esta percentagem era de 80%, consideravelmente superior à média do MFAP (36,7%).

- Absentismo reduzido

Em 2009, a taxa de absentismo (excluindo ausências por motivo de férias) situou-se nos 5,7% (4% em 2008, que compara com a taxa média de absentismo no MFAP de 7,4%).

Em 2009, o GPEARI elaborou o seu Plano para a Igualdade – Cidadania e Género, a ser implementado a partir de 2010. Neste documento identificou-se um conjunto de insuficiências no domínio da aplicação de uma estratégia organizacional que encare a Igualdade de Género como uma mais-valia, tendo-se definido um conjunto de acções a desenvolver com vista a facilitar a conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal. Espera-se que estas acções se venham a repercutir numa redução do absentismo e numa melhoria da qualidade de vida e bem-estar dos colaboradores, dentro e fora do local de trabalho.

- Os encargos com pessoal ascenderam a 1 613 447 euros. Cerca de 14% dos efectivos, à data de 31 de Dezembro de 2009, beneficiaram de alterações de posicionamento remuneratório por opção gestionária e a mesma percentagem viu alterado o seu posicionamento remuneratório na sequência de procedimento concursal.
- Formação: em 2009 realizaram-se 37 acções de formação, maioritariamente de duração inferior a 30 horas, nas quais participaram 15 colaboradores. As despesas associadas ascenderam a 14.794 euros.

---

<sup>2</sup> Nos termos do n.º 2 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 190/96, de 9 de Outubro, o GPEARI não tem a obrigatoriedade da elaboração do Balanço Social, uma vez que o número de trabalhadores é inferior a 50. No entanto são apresentados em anexo alguns indicadores e quadros que constam do referido Balanço.



- **Avaliação:** em 2009 foi aplicado o Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho regulado pela Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro, à totalidade dos dirigentes intermédios e demais trabalhadores elegíveis para o efeito, num total de 7 dirigentes intermédios e 32 trabalhadores. A diferenciação de desempenhos foi garantida pela aplicação das percentagens máximas fixadas na lei para o efeito.

**Quadro 5. Avaliação do desempenho relativo a 2009**

	Nº de trabalhadores avaliados	Nº de relevantes atribuídos (35% do total de trabalhadores avaliados)	Nº de excelentes atribuídos (10% do total de trabalhadores avaliados)
SIADAP 2 (Dirigentes intermédios)	7	3	1
SIADAP 3 (Trabalhadores)	32	12	4

Nota: A atribuição de distinção de mérito ao GPEARI, relativa ao desempenho do serviço em 2008 (Despacho n.º 756/09/MEF, de 14 de Outubro de 2009), determina, por um ano, o aumento para 35% e 10% das percentagens máximas para os dirigentes intermédios e trabalhadores, visando a diferenciação, respectivamente, de desempenho relevante e desempenho excelente (alínea a) do artigo 27.º).

### 3.2. Recursos Financeiros

O orçamento global aprovado para o ano 2009 ascendeu a 6,847 milhões de euros (M€), o qual foi objecto de “cativações” na ordem dos 4%, em cumprimento das disposições constantes da Lei do Orçamento do Estado e do Decreto de Execução Orçamental.

Do orçamento disponível destaca-se a parcela afecta à cooperação económica externa (Capítulo 60 do Orçamento de Estado), no montante de M€ 4,564. Por sua vez, deste valor cerca de M€ 0,713 foram aplicados no pagamento de *despesas com o pessoal* – nomeadamente ajudas de custo e suplementos remuneratórios decorrentes das acções de cooperação e assistência técnica, bem como remunerações devidas aos agentes de cooperação deslocados no âmbito do Programa Integrado de Cooperação e Assistência Técnica em Finanças Públicas (PICATFin) – e M€ 0,822 foram afectos às despesas com *deslocações e estadas*. Refira-se, ainda, que o total de *transferências*, correntes e de capital, para países terceiros beneficiários da ajuda pública ao desenvolvimento e para as instituições financeiras internacionais, se fixou nos M€ 1,870. Por fim, um montante de M€ 0,178 foi necessário para suportar *despesas residuais* com a aquisição de serviços e algum equipamento informático.

Daqui se retira que o total de pagamentos afectos à cooperação económica externa ascendeu a M€ 3,583, resultando um saldo orçamental, em 31 de Dezembro de 2009, de M€ 0,981, pelo que a execução do orçamento nesta área se fixou nos 78,5%.

O orçamento disponível para despesas de funcionamento foi executado em 94,4% (M€ 1,719), salientando-se o peso das *despesas com o pessoal* sobre o total de pagamentos – 93,9%. Dos restantes pagamentos, 2,7% respeitam a *deslocações e estadas* e 3,4% a *despesas residuais* com a aquisição de bens e serviços, não se tendo efectuado *despesas de investimento*. O saldo orçamental, em 31 de Dezembro, situava-se em 102 mil euros.

O orçamento disponível de PIDDAC (Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central) ascendeu a 186 mil euros (m€), dos quais m€ 116 respeitantes a fundos comunitários (FEDER e FSE) que não foram utilizados, por desistência de candidatura aprovada – dado que a generalidade de serviços a adquirir e investimentos a realizar pelo GPEARI, no âmbito do projecto



*Infra-estrutura de rede*, passaram a ser fornecidos pelo IIMFAP num contexto de partilha de serviços da Administração Pública – e por comunicação, em Agosto de 2009, da não aprovação da candidatura apresentada, em Março de 2008, no âmbito do projecto *Formação*.

O financiamento nacional não co-financiado foi executado em 96%.

## II.5. Desenvolvimento de medidas para um reforço positivo do desempenho

Ao longo de 2009 foram detectadas algumas fragilidades no desenvolvimento da actividade do GPEARI tendo sido desencadeadas medidas correctivas visando um reforço positivo do desempenho do serviço. A generalidade dessas medidas incide sobre os sistemas de gestão e controlo internos e em aspectos organizativos do Gabinete encontrando-se descritas no Plano de Actividades, no Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas e, ainda, no Plano para a Igualdade – Cidadania e Género, para 2010.

Ainda em 2009 deu-se início às obras de melhoria das condições de trabalho dos colaboradores, nas zonas de arquivo, copa e gabinetes.

## II.6. Menções de reconhecimento e melhorias de eficiência

Nesta secção pretende-se justificar a excelência dos resultados obtidos, demonstrada designadamente por comparação com padrões nacionais ou internacionais, tendo em conta igualmente melhorias de eficiência.

Relativamente a 2009, não existem prémios e/ou menções oficiais de entidades externas destacando a relevância/excelência dos resultados obtidos pelo GPEARI.

Em termos de comparação com serviços homólogos, foi efectuada uma análise por ministérios em relação à conclusão do processo de avaliação do desempenho dos serviços de 2008, a qual coloca o MFAP em oitavo lugar num *ranking* de 15 ministérios.

**Quadro 6. Conclusão do processo de avaliação do desempenho dos serviços relativo a 2008**

Ministério	Data do Despacho do Ministro com Distinção de Mérito
MAOT	19/Set/2009.
MTSS	12/Out/2009.
MAI	15/Out/2009.
MS	16/Out/2009.
MADRP	20/Out/2009. Não houve atribuição de distinção de mérito.
MOPTC	22/Out/2009.
MJ	23/Out/2009.
MFAP	28/Out/2009.
MCTES	18/Dez/2009.
ME	27/Dez/2009. Não houve atribuição de distinção de mérito.
MNE	Não houve propostas nem atribuição de distinção de mérito.
PCM	5/Fev/2010.



MEID	15/Fev/2010.
MDN	n.d.
MC	n.d.

n.d. – não disponível.

No que se refere ao alcance de melhorias de eficiência, o GPEARI registou progressos conforme demonstrado pelos resultados do objectivo 6 do QUAR 2009 (Quadro 1). Os ganhos de eficiência foram acompanhados de poupanças nos custos de funcionamento (objectivo 7 do QUAR 2009) na ordem dos 25 616 euros.

## **II.7. Audição de dirigentes intermédios e demais trabalhadores na auto-avaliação do serviço**

Foi dado conhecimento prévio sobre a auto-avaliação do serviço aos dirigentes intermédios e demais trabalhadores.

Adicionalmente, todos os colaboradores do GPEARI (dirigentes intermédios e demais trabalhadores) tiveram oportunidade de expressar a sua opinião sobre o desempenho do serviço através de inquérito, de conteúdo semelhante ao do ano passado, realizado entre 23 de Dezembro de 2009 e 9 de Janeiro de 2010. Foram enviados 40 questionários tendo sido submetidas 15 respostas válidas, o que corresponde a uma taxa de resposta de 33,3%.

Numa escala de 1 a 5, foi obtido um nível médio de satisfação dos colaboradores de 3,4, equivalente a Satisfaz.

**Quadro 7. Resultados do questionário aos colaboradores**

	<b>2008</b>	<b>2009</b>
G1. Satisfação global dos colaboradores com a organização	3,5	3,5
G2. Satisfação com a gestão e sistemas de gestão	3,2	3,3
G3. Satisfação com as condições de trabalho	3,3	3,4
G4. Satisfação com o desenvolvimento da carreira	2,6	2,7
G5. Satisfação com equipamentos e serviços informáticos, condições de higiene e instalações	3,3	3,7
<b>Nível médio de satisfação dos colaboradores (escala 1 a 5)</b>	<b>3,2</b>	<b>3,4</b>

Nota: 1 = Mau, 2 = Insatisfatório, 3 = Satisfatório, 4 = Bom e 5 = Excelente.



## **II.8. Menção proposta resultante da auto-avaliação**

Globalmente, o GPEARI cumpriu os principais objectivos a que se tinha proposto. Os objectivos de eficácia e eficiência foram superados. A imprevisibilidade de muitas solicitações, acompanhadas normalmente de prazos curtos e imperativos, e, principalmente, a carência de recursos humanos, em particular de técnicos superiores, aliada às alterações ocorridas na composição da direcção superior, repercutiram-se na qualidade do serviço prestado, tendo os objectivos associados a este parâmetro sido somente atingidos. Atendendo a que os principais resultados insuficientes ocorreram em actividades não críticas pode considerar-se que, em termos gerais, o desempenho do Gabinete foi bastante positivo. Face ao exposto, e de acordo com o n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro, a menção proposta como resultado da auto-avaliação do desempenho do GPEARI em 2009 é de *Desempenho Bom*.



### III. Execução do Plano de Actividades

A presente secção apresenta uma descrição das actividades desenvolvidas em 2009, organizadas de acordo com as seguintes áreas temáticas:

- Documentos de Política Económica
- Conjuntura Económica e Financeira Nacional e Internacional
- Finanças Públicas - Sustentabilidade
- Finanças Públicas - Qualidade
- Monitorização e Avaliação de Políticas/Programas
- Políticas Europeias
- Instituições Multilaterais Europeias – BEI e CEB
- Mercado Interno Europeu
- Política Externa Europeia
- Política Legislativa Europeia
- Planeamento e Avaliação
- Estudos e *Workshops*
- Relações Internacionais – Cooperação Bilateral
- Relações Internacionais – Multilaterais Financeiras

É também apurado o grau de execução do Plano de Actividades para 2009, o qual se situou em 84%. Adicionalmente realizaram-se algumas actividades não programadas conforme documentado nos quadros 8 a 11.

**DOCUMENTOS DE POLÍTICA ECONÓMICA**

Coordenação da elaboração de documentos:

- ❖ Relatório do Orçamento do Estado
- ❖ Programa de Estabilidade e Crescimento
- ❖ Grandes Opções do Plano
- ❖ Relatório de Orientação da Política Orçamental

Elaboração de contributos para:

- ❖ Conta Geral do Estado
- ❖ Balanço da participação de Portugal na União Europeia

---

**Coordenação da elaboração dos seguintes documentos:**

- Relatório do Orçamento do Estado para 2009  
Em Janeiro, foi apresentado o Relatório do Orçamento Suplementar conjuntamente com a Iniciativa para o Investimento e o Emprego;  
Em Novembro, foi apresentado o Relatório da segunda proposta de alteração orçamental (Proposta de Lei nº 22/2009);
- Actualização do Programa de Estabilidade e Crescimento 2008-2011 (Janeiro).
- Elaboração do Relatório de Orientação da Política Orçamental (Maio).

**Elaboração de contributos para:**

- A Conta Geral do Estado de 2008 (Secção “A política económica em 2008 e a evolução da Economia Portuguesa”).
- O Balanço da Participação de Portugal na União Europeia (Questões Económicas e Financeiras; Situação Económica; União Económica e Monetária; Mercados e Serviços Financeiros; Fiscalidade e Fluxos Financeiros - Participação de Portugal no BEI e no FEI).





## **CONJUNTURA ECONÓMICA E FINANCEIRA NACIONAL E INTERNACIONAL**

- ❖ Conjuntura nacional e internacional
  - ❖ Coordenação das Missões da OCDE, Comissão Europeia (CE) e FMI (na vertente do MFAP)
  - ❖ Grupos de trabalho e comités da OCDE (Working Party nº.1 - WP1, Short Term Economic Prospects - STEP e Comité de Política Económica - CPE)
  - ❖ Grupos de trabalho do Comité de Política Económica da Comissão Europeia (Economic Forecasts, Output Gap, Labour Market, LIME)
  - ❖ Grupos de trabalho do Conselho Superior de Estatística, do INE (Contas Nacionais e Regionais - GTCNR, Relações Económicas com o Exterior - GTREE e Estatísticas Monetárias e Financeiras - GTEMF)
  - ❖ Contributos elaborados no âmbito de relatórios efectuados pelas agências de rating.
- 

### **Acompanhamento de conjuntura**

- Actualização de várias publicações regulares, de periodicidade infra-anual, e elaboração de uma publicação anual sobre a economia portuguesa. Elaboração de notas internas sobre evolução dos principais agregados macroeconómicos e financeiros.

### **Acompanhamento de visitas de instituições internacionais a Portugal**

- Coordenação da Missão do FMI ao abrigo do Art. IV (na vertente do MFAP).
- Missão da Comissão Europeia no âmbito do exercício de previsões económicas da Primavera.

### **Representação institucional - participação em grupos de trabalho e preparação dos respectivos contributos**

- OCDE: WP1, STEP e CPE.
- CE: *Economic Forecasts, Output Gap e Labour Market*.
- INE: GTCNR, GTREE e GTEMF.

### **Estudos**

- Artigo sobre o impacto da crise financeira internacional na riqueza das famílias (ver secção Estudos e Workshops).



**FINANÇAS PÚBLICAS – SUSTENTABILIDADE**

- ❖ Working Group on Ageing Population and Sustainability do CPE da Comissão Europeia (AWG)
  - ❖ Projecções para a dívida pública
  - ❖ Efeitos da crise económica na sustentabilidade das finanças públicas
- 

**Ao nível do AWG (que teve 5 reuniões: Fevereiro, Março, Abril, Maio e Julho), contributos para:**

- Publicação “The 2009 Ageing Report: Economic and Budgetary Prospects for the EU-27 Member States (2008-2060)”, European Economy 2, 2009 (provisional version).
- Publicação “The 2009 Ageing Report: Underlying Assumptions and Projections Methodologies”, European Economy 7, 2009.
- Publicação “Pension Schemes and Pension Projections in the EU-27 Member States (2008-2060)”, DG ECFIN and AWG, European Economy, Occasional Paper n.º 56, October 2009.
- Publicação “Sustainability Report 2009” European Economy 9, 2009.

**Working Papers, apresentações e artigos**

- Preparação da apresentação do Sr. Ministro de Estado e das Finanças “Ageing and Economic Crisis: The Challenges Ahead”, Brussels Economic Forum, Maio 2009.
- Elaboração de um *Working Paper* sobre a reforma do sistema de pensões dos funcionários públicos portugueses e de um artigo sobre o efeito orçamental do envelhecimento da população em Portugal no contexto da União Europeia (ver secção Estudos e *Workshops*).



- ❖ O conceito de qualidade das finanças públicas abrange a análise da eficácia e eficiência da despesa pública, a análise da estrutura e eficácia da receita pública, o enquadramento orçamental e a qualidade do ajustamento orçamental.
  - ❖ Orçamentação por Programas (OP)
  - ❖ Grupo de Trabalho para a Qualidade das Finanças Públicas, do Comité de Política Económica da Comissão Europeia (GTQFP)
- 

### **Orçamentação por Programas**

As actividades desenvolvidas centraram-se na aquisição de conhecimentos:

- Acção de formação “Performance Budgeting: a tutorial guide” EIPA, Varsóvia, 24-25 Setembro 2009.
- Visita de Estudo à “Prime Minister’s Delivery Unit”, HM Treasury, Londres, 3 Novembro 2009.

### **Grupo de Trabalho para a Qualidade das Finanças Públicas**

- Participação em 4 reuniões, Bruxelas (Março, Junho, Novembro e Dezembro).
- Validação da informação relativa a Portugal constante da base de dados da Comissão Europeia sobre regras orçamentais numéricas, instituições públicas independentes e quadros orçamentais de médio prazo.
- *Peer review* sobre a análise da eficiência e eficácia da despesa pública no Ensino Superior. Em Novembro, Portugal, juntamente com os Países Baixos e a Comissão Europeia, examinaram a Áustria e, em Dezembro, Portugal foi examinado pela Comissão Europeia. A preparação destas duas reuniões contou com a colaboração especializada do MCTES (Gabinete do Secretário de Estado da Ciência e Ensino Superior em articulação com a Universidade do Porto e o GPEARI do MCTES).
- Participação no “4<sup>o</sup> meeting of public finance economists in public administration”, Bruxelas, 23 de Outubro.



## MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS/PROGRAMAS

- ❖ Monitorização da implementação do programa “Iniciativa para o Investimento e o Emprego” (IIE)
- ❖ Coordenação do sistema de monitorização e publicitação dos prazos médios de pagamento das entidades públicas no âmbito do Programa “Pagar a Tempo e Horas” (PTH)

---

### Programa IIE

Programa de medidas de combate aos efeitos da crise financeira sobre a economia, visando um reforço do investimento público e o apoio ao investimento privado e ao emprego. Entrou em vigor em Janeiro de 2009.

- Monitorização da execução física e financeira do programa, tendo sido elaborados 17 relatórios de reporte.
- Artigo sobre a eficácia das medidas do programa IIE (ver secção estudos e *workshops*).

### Programa PTH

O PTH tem como objectivo reduzir os prazos médios de pagamento (PMP) das entidades públicas para níveis próximos dos padrões internacionais. O Programa do XVIII Governo Constitucional estabelece como meta reduzir os PMP para 30 dias, no final da legislatura.

- Em Abril, o GPEARI assumiu a coordenação do sistema de monitorização e publicitação dos PMP das entidades públicas, sendo a informação sobre os PMP reportada pela DGO, DGTF, ACSS e DGAL.
- Elaboração e envio de contributos para o MNE/DGAC sobre a nova Proposta de Directiva Comunitária que estabelece medidas de luta contra os atrasos de pagamento nas transacções comerciais.
- Artigo sobre a evolução dos PMP das Entidades Públicas (ver secção estudos e *workshops*).

**POLÍTICAS EUROPEIAS**

- ❖ Questões orçamentais (Implementação do Pacto de Estabilidade e Crescimento: Procedimentos de Défices Excessivos e Programas de Estabilidade e Crescimento, entre outras)
- ❖ Questões financeiras (Estabilidade e supervisão financeiras, gestão de crises, *stress tests*, pró-ciclicidade, jurisdições não cooperantes, mercado de derivados OTC, standards contabilísticos)
- ❖ Questões fiscais (IVA: taxas reduzidas/mecanismo de autoliquidação/serviços postais, acordos anti-fraude, tributação dos rendimentos da poupança, cobrança de créditos fiscais, cooperação administrativa em matéria fiscal, imposto especial sobre o consumo de tabaco)
- ❖ Questões estruturais (Estratégia de Lisboa pós 2010, alterações climáticas, emprego e mercado de trabalho, produto potencial, competitividade das economias europeias, questões estruturais e de convergência real nos países do alargamento)

---

**No âmbito da União Europeia**

- Preparação da participação do MFAP nas reuniões do Conselho ECOFIN e do Comité Económico e Financeiro; representação do MFAP nas reuniões do Comité de Política Económica (CPE), bem como nos subcomités do CEF e CPE; preparação de briefings e procedimentos escritos; contributos para os Conselhos Europeus.
- Contributos no âmbito da Estratégia de Lisboa (processo de supervisão multilateral, preparação do Conselho Europeu da Primavera, actualização das *country-specific recommendations*, avaliação de progresso na implementação do Programa Comunitário de Lisboa, outros contributos sobre aspectos de governação, objectivos e indicadores no âmbito da dimensão europeia da Estratégia de Lisboa).
- Alterações climáticas: representação de Portugal no grupo de trabalho conjunto CEF-CPE relativo aos aspectos económicos e financeiros das Alterações Climáticas e, juntamente com a REPER, no grupo de trabalho “Amigos da Presidência” relativo ao *burden sharing* da UE associado ao Financiamento das Alterações Climáticas.

**No âmbito do FMI/UE**

- Participação na preparação comunitária das diversas reuniões ministeriais e Cimeiras do G20.
- Discussão relativa à representação da UE/área do euro no FMI (aumento da quota de Portugal, atribuições geral e especial de Direitos de Saque Especiais, Governação e contribuições da UE e de Portugal para novos acordos de empréstimo (New Arrangement to Borrow - NAB), fundos adicionais para países de baixo rendimento).
- Participação no grupo de trabalho das Questões relativas ao FMI (SCIMF) e no grupo de Trabalho relativo ao transporte transfronteiriço de moedas em euros.

**No âmbito da OCDE**

- Contributos para reuniões do Comité Executivo em Sessão Especial, para a reunião Ministerial e em reuniões com representação a cargo de outros Ministérios.
- Preparação de respostas a questionários da Instituição.
- Participação em exames económicos no âmbito do *Economic and Development Review Committee*.
- Contributos para questões de *Governance* da Instituição (orientações de médio prazo da OCDE).



## **POLÍTICAS EUROPEIAS INSTITUIÇÕES MULTILATERAIS EUROPEIAS - BEI E CEB**

- ❖ Banco Europeu de Investimento (BEI)
  - ❖ Banco de Desenvolvimento do Conselho da Europa (CEB)
- 

### **BEI**

- Nomeação de um novo Administrador do BEI por Portugal.
- Processo conducente ao aumento de capital do BEI.
- Iniciativa conjunta CE/BEI para apoiar a Eficiência Energética.
- Implementação da nova facilidade “*Mezzanine Facility for Growth*”.
- Facilidade conjunta CE/BEI: NER (*New Entrant’s Reserve*).
- Adopção de um novo método de cálculo do Valor Acrescentado para os projectos.
- Plano de Actividades para 2010-2012.
- Entrada em vigor do Tratado de Lisboa e suas implicações no Regulamento, Estatutos e actividades do BEI – alterações e desenvolvimento de novos instrumentos/assistência técnica.
- Participação numa sessão promovida pelo BEI para novos membros do Conselho de Administração e *Desk Officers*.

### **CEB**

- Debate sobre o Plano de Desenvolvimento 2010-2014.
- Discussão sobre o Código de Conduta aplicável aos diferentes órgãos do CEB.
- Participação na reunião com o Staff do CEB relativa à avaliação do empréstimo à empresa Parque Escolar EPE, com o objectivo de obter co-financiamento para o projecto de modernização do parque escolar do ensino secundário em Portugal.
- Participação no seminário conjunto do Conselho de Administração e Direcção do Banco, com o intuito de debater a Revisão Estratégica do Banco.
- Elaboração do artigo: “Banco de Desenvolvimento do Conselho da Europa / Estrutura Funcional e Financiamentos em Portugal”.



- ❖ Estratégia para o Mercado Interno
- ❖ Mercados e Serviços Financeiros
- ❖ Direito das Sociedades
- ❖ Mercados Públicos
- ❖ Fiscalidade
- ❖ Questões Aduaneiras
- ❖ Auxílios de Estado

---

Em 2009 prosseguiram os trabalhos de coordenação e acompanhamento:

Das negociações comunitárias e elaboração de documentos estratégicos no quadro do **mercado interno europeu e sua relação com outras políticas transversais da UE**.

Destaque para a participação do GPEARI na Subcomissão da Comissão Interministerial para os Assuntos Europeus (CIAE) dedicada às questões relacionadas com o mercado interno, criada a 30 de Setembro. 1ª (e única) reunião: 25 de Novembro de 2009.

Dos trabalhos técnicos de preparação da representação externa do MFAP na área dos mercados e serviços financeiros, com particular incidência nos desenvolvimentos ao nível dos **mercados financeiros nacionais e europeus em termos de organização, regulamentação, supervisão e integração**.

Destaque para o crescimento exponencial das solicitações nesta área, resultado, por um lado, da crise financeira que despoletou em Outubro de 2008, e, por outro, da participação do GPEARI num número crescente de grupos de trabalho da Comissão e do Conselho, designadamente:

- Reuniões do Grupo Serviços Financeiros:
  - Negociação da proposta de Directiva relativa a *Alternative Investment Fund Managers*, apresentada pela Comissão Europeia a 30 de Abril de 2009 - 1ª reunião: 6 de Julho de 2009, Bruxelas.
  - Negociação da proposta de nova revisão da Directiva dos Requisitos de Fundos Próprios, apresentada pela Comissão Europeia a 13 de Julho de 2009 (CRD III) - 1ª reunião: 2 de Setembro de 2009, Bruxelas.
  - Negociação de um conjunto de propostas legislativas, apresentadas pela Comissão Europeia a 23 de Setembro de 2009, que servirão de base à criação de um novo enquadramento de supervisão financeira na União Europeia - “Pacote Supervisão” – 1ª reunião: 28 de Setembro de 2009, Bruxelas.
- *Government Expert Group on Retail Financial Services* (GEGRFS) – 2 reuniões, Bruxelas (26 de Junho e 18 de Novembro).
- *Commission Expert Group on Economic Indicators of Financial Integration* (“EFIR Expert Group”) – 1 reunião, Bruxelas (10 de Setembro).



- *Early Intervention Working Group* – 1 reunião: 26 de Janeiro de 2009, Bruxelas.
- *EFC Ad Hoc WG on crisis management* - 1ª reunião: 19 de Outubro de 2009, Bruxelas.

#### **Da participação do MFAP nas negociações comunitárias:**

- Na área do direito das sociedades, mercados públicos, fiscalidade directa e indirecta, matérias aduaneiras e de propriedade intelectual.
- Em matéria de auxílios de Estado e o processo de notificação dos regimes de auxílios de Estado e de auxílios individuais e elaborar respostas à Comissão neste domínio em articulação com os demais serviços do Ministério.

Destaque para a colaboração do GPEARI com a SETF e o GMEF no que concerne à definição e monitorização das medidas de apoio ao sector financeiro nacional no âmbito da Iniciativa de Reforço da Estabilidade Financeira (IREF), aprovada pelo Governo Português para combater os efeitos da crise financeira internacional, restabelecer a confiança dos agentes económicos e o normal funcionamento dos mercados, no contexto de um esforço concertado entre os vários Estados-membros da União Europeia. Algumas destas medidas assumiram a forma de auxílios de Estado.



**POLÍTICA EXTERNA EUROPEIA**

- ❖ Comité de Política Comercial (ex Comité do Artigo 133)
  - ❖ Questões multilaterais (OMC)
  - ❖ Questões regionais e bilaterais:
    - na Europa (Grupo EFTA, Grupo Alargamento, Grupo Balcãs Ocidentais)
    - noutras áreas geográficas (África, Caraíbas e Pacífico, América do Norte, América Latina, Ásia, Mediterrâneo e Médio Oriente)
  - ❖ Política Europeia de Vizinhança
  - ❖ Processo ASEM
- 

Em 2009 prosseguiram os trabalhos de coordenação e acompanhamento / dinamização:

- Da acção do MFAP em matéria de relacionamento económico e comercial bilateral, regional e multilateral da União Europeia.
- Dos trabalhos com relevância para o MFAP desenvolvidos ao nível do Comité do Artigo 133 (política comercial da UE), grupos de trabalho regionais, Organização Mundial do Comércio (OMC) e outros organismos internacionais (por exemplo, OCDE); destaque para:
  - o convite recebido da OCDE para a primeira *Trade Communications Conference*, que teve lugar em Paris, nos dias 27 e 28 de Abril de 2009, no âmbito do Comité do Comércio da OCDE;
  - a participação na reunião do Comité do Comércio de Serviços Financeiros da OMC de 9 de Novembro de 2009, dedicada especialmente ao tema *Islamic Finance*;
- Da divulgação junto dos serviços do MFAP de projectos de geminação de instituições e organização de visitas de estudo/deslocação de peritos no âmbito do TAIEX.
- Da participação do MFAP nas negociações comunitárias com vista ao alargamento da UE.
- Da participação do MFAP na definição e implementação de medidas no quadro da Política Europeia de Vizinhança.
- Da participação do MFAP no processo ASEM (o GPEARI tem assegurado a representação de Portugal nas reuniões de *deputies* ASEM Finanças; tem igualmente preparado a representação de Portugal nas reuniões ministeriais ASEM Finanças, integrando a delegação portuguesa nas mesmas):
  - em 2009, o GPEARI representou Portugal na reunião de *deputies* ASEM Finanças, que teve lugar em Madrid, no dia 19 de Junho.



**POLÍTICA LEGISLATIVA EUROPEIA**

- ❖ Contencioso comunitário e Pré-contencioso comunitário
- ❖ EU-Pilot
- ❖ SOLVIT
- ❖ Transposição ou aplicação da legislação comunitária na ordem jurídica interna
- ❖ Sanções financeiras internacionais (SFI) e combate ao financiamento do terrorismo e ao branqueamento de capitais
- ❖ Convenções e protocolos

---

Em 2009 prosseguiram os trabalhos de coordenação e acompanhamento nesta área. De notar o crescimento significativo de solicitações no que concerne: (i) ao **contencioso comunitário** (com o aumento do nº de casos em que o GPEARI designa um agente nos processos do TJCE); (ii) à **transposição de Directivas comunitárias** (com a designação de um ponto de contacto no GPEARI, o aumento dos trabalhos de coordenação com os serviços responsáveis pela transposição, as Secretarias de Estado e o Gabinete do Ministro, e o aumento dos processos de infracção (pré-contencioso) ligados ao atraso na transposição); e (iii) às **sanções financeiras internacionais e ao combate ao financiamento do terrorismo e ao branqueamento de capitais** (relacionado com o facto de o GPEARI ser a entidade competente designada pelos regulamentos europeus para aplicação das SFI).

**Contencioso comunitário:**

- Coordenação da intervenção do MFAP nos processos contenciosos perante o Tribunal de Justiça CE (actual Tribunal de Justiça, após Tratado de Lisboa) – Acções por Incumprimento, Recursos de Anulação e Recursos Prejudiciais – e no Tribunal de Primeira Instância CE (actual Tribunal Geral).

Destaque para:

- O GPEARI designou, em 2009, um agente nos seguintes processos do TJCE: C-20/09, C-163/09, C-212/09, C-267/09, C-269/09, C-270/09, C-493/09, no recurso de oposição de terceiros para o Tribunal Geral (Processo apenso ao Processo T-85/05) e no recurso ordinário para o Tribunal de Justiça (s/ número), em sede de defesa ao conteúdo do acórdão proferido pelo Tribunal de Primeira Instância no processo T-385/05.
- O GPEARI continuou a acompanhar a tramitação dos processos contenciosos nos quais tinha já designado agente, dos quais se destacam os seguintes: C-284/05, C-387/05, C-409/05, C-461/05, C-150/07, C-349/07, C-439/07, C-515/07, C-45/08, C-83/08, C-105/08, C-233/08, C-337/08, C-352/08, C-386/08 e C-440/08.

**Pré-contencioso comunitário:**

- Coordenação dos processos de pré-contencioso com a Comissão Europeia, em articulação com os organismos do MFAP, a DGAE/MNE e a REPER, assegurando resposta às Cartas Administrativas, Notificações para Cumprir e Pareceres Fundamentados.

**EU-Pilot:**

- O procedimento Europeu “EU Pilot – A pilot for your problems under EC law” (COM 2007 502 final) tem como objectivo melhorar a aplicação do direito comunitário, de forma a melhor salvaguardar os interesses dos cidadãos e empresas, visando a resolução de problemas dos cidadãos de forma célere. Os pedidos de informação e as denúncias são examinados pelo serviço responsável da Comissão Europeia e transmitidos à autoridade do estado-membro em causa, acompanhados de



todas as questões ou indicações identificadas pelo serviço. Está previsto um prazo geral de 10 semanas para o envio das respostas.

- O GPEARI reencaminhou e coordenou o primeiro pedido no âmbito do EU-Pilot aos serviços competentes sob a tutela do MFAP em 27 de Maio de 2009, a que se seguiram mais quatro processos.

#### **SOLVIT:**

- SOLVIT é uma rede informal de resolução de problemas para auxiliar os cidadãos e as empresas da UE a exercer os seus direitos sempre que se deparem com uma eventual má aplicação das regras do Mercado Interno por parte das Administrações Públicas dos estados-membros de acolhimento, isto é, quando residem ou querem fazer negócios num estado-membro que não aquele de onde são originários.
- O GPEARI coordena a resposta aos pedidos de informação e queixas de cidadãos e empresas da UE, reencaminhando a resposta ao Centro SOLVIT num prazo máximo de 10 semanas. Em 2009 foram tratados 6 pedidos.

#### **Transposição ou aplicação da legislação comunitária na ordem jurídica interna:**

- Coordenação e promoção da transposição das Directivas comunitárias da responsabilidade do MFAP, em articulação com os respectivos organismos do Ministério, Secretarias de Estado (SEAF e SETF), Gabinete MEF, DGAE/MNE e REPER.
- Coordenação da participação do MFAP nos trabalhos de transposição da Directiva Serviços (da responsabilidade do Ministério da Economia, Inovação e Desenvolvimento).

#### **Sanções financeiras internacionais (SFI) e combate ao financiamento do terrorismo e ao branqueamento de capitais:**

- Coordenação e promoção da aplicação dos Regulamentos Comunitários que estabelecem restrições aos movimentos de capitais e mercadorias, em especial, os relativos à luta contra o financiamento do terrorismo, bem como o acompanhamento das negociações dos Regulamentos Comunitários e das Resoluções das Nações Unidas relativos às sanções financeiras internacionais, em especial, as relativas ao terrorismo internacional
- O GPEARI é a entidade competente designada pelos Regulamentos Comunitários para aplicação das SFI.

#### **Convenções e protocolos:**

- Participação, em coordenação com outros organismos do MFAP, do MNE, e de outros Ministérios, na preparação da aprovação e ratificação de instrumentos convencionais (Tratados, Acordos e Protocolos), quando estão em causa matérias da competência do MFAP. Destaque para a intervenção do GPEARI nos seguintes instrumentos internacionais: Projecto de decisão para conclusão pela CE da Convenção das NU sobre os direitos das pessoas com deficiência; Convenção sobre Aviação Civil Internacional; Convenção relativa ao desalfandegamento centralizado; Acordo entre o MAOTDR e a NASA; Constituição do Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial ZASNET; Acordo entre a República portuguesa e o Instituto Inter-Regional de Crime e Justiça das Nações Unidas.
- Elaboração do ponto da situação do cumprimento da Concordata celebrada entre a República portuguesa e a Santa Sé, no âmbito das matérias da competência do Ministério das Finanças;
- Apoio, em coordenação com a DGAEP e com a DGO, na elaboração do relatório apresentado por Portugal às Nações Unidas, ao abrigo do Mecanismo de Revisão Periódica do Conselho de Direitos Humanos;
- Actividade de coordenação dos contributos a enviar pelo MFAP ao MJ, em sede de avaliação da OCDE a Portugal quanto ao cumprimento da Convenção da OCDE sobre a Luta contra a Corrupção de Agentes Públicos Estrangeiros.



- ❖ Conselho Coordenador da Avaliação dos Serviços (CCAS)
  - ❖ Coordenação do Grupo de Trabalho do CCAS (GT CCAS/rede GPEARI)
  - ❖ Conselho Coordenador das TIC do MFAP
  - ❖ Conselheiras para a Igualdade, em representação do MFAP
- 

### **Avaliação do desempenho dos serviços**

- Participação em 3 reuniões do CCAS e coordenação do GT CCAS (8 reuniões); elaboração de vários contributos dos quais dois publicados no site da DGAEP ([www.dgaep.gov.pt](http://www.dgaep.gov.pt)) e do CCAS ([www.ccas.min-financas.pt](http://www.ccas.min-financas.pt)).
- Elaboração do relatório de análise comparada do desempenho dos serviços do MFAP, em 2008. Por despacho do Sr. Ministro de Estado e das Finanças, foram distinguidos por mérito, o GPEARI, a IGF e a DGCI.

### **Planos elaborados**

- Plano para a Igualdade Cidadania e Género 2010-2012 do GPEARI (Setembro).
- Proposta inicial do Plano Estratégico do GPEARI 2010-2012 (Novembro/Dezembro – documento interno).
- Plano de prevenção de riscos de corrupção e infracções conexas, do GPEARI (Dezembro).

### **Outros**

- Contributos para o Plano Estratégico das TIC/MFAP (coordenação do IIMFAP).
- Elaboração de 4 relatórios de monitorização dos projectos transversais TIC do PIDDAC 2009 do MFAP.
- Acção de formação "The common assessment framework and the balanced scorecard", EIPA, Maastricht, 17 a 19 de Junho 2009.
- Candidatura ao "United Nations Public Service Awards – Programme 2010".



- ❖ Publicações regulares do GPEARI
- ❖ Estudos e *workshops*

---

#### **Publicações regulares do GPEARI, de periodicidade infra-anual**

- Acompanhamento de conjuntura (divulgação na internet).

Boletim Mensal da Economia Portuguesa, Indicadores de Conjuntura, Dossier de Indicadores de Conjuntura, Dossiers de Finanças Públicas – Portugal e Comparações Internacionais, Nota de Comércio Externo, Nota das Previsões das Instituições e Síntese Diária dos Indicadores de Conjuntura.

- Lançamento do boletim informativo da área internacional do GPEARI.

Em 2009, deu-se início à divulgação de uma *newsletter* de relações internacionais, com o intuito de divulgar a actividade do GPEARI no âmbito das relações internacionais de carácter europeu, bilateral e multilateral; foram divulgados dois números.

#### **Artigos e estudos (divulgação na internet ou intranet)**

1. Publicação “Economia Portuguesa” (Setembro).
2. Working Paper “ The Reform of the Portuguese Public Employees Pension System: Reasons and Results”, apresentado no *workshop* da Banca d’Italia, Perugia, Março 2009.
3. Artigo “Análise intercalar da eficácia das medidas do programa IIE” (BMEP Nº7|09), Julho 2009.
4. Artigo “Impacto da recente crise financeira internacional na riqueza das famílias em Portugal e na Área do Euro”, BMEP Nº9|09, Setembro 2009.
5. Artigo “O efeito orçamental do envelhecimento da população em Portugal no contexto da União Europeia”, BMEP Nº9|09, Setembro 2009.
6. Artigo “Evolução dos prazos de pagamento das entidades públicas”, BMEP Nº10|09, Outubro 2009.
7. Artigo “I Reunião de Ministros das Finanças da CPLP”, publicado no site do GPEARI em Dezembro 2009.
8. Artigo “Conformidade com o princípio comunitário do direito de defesa do prazo de audição prévia do contribuinte previsto na legislação portuguesa”, Dezembro 2009.
9. Artigo “Finanças Islâmicas–Impacto sobre o Comércio Internacional de Serviços Financeiros”, Dezembro 2009;
10. Artigo “O Banco de Desenvolvimento do Conselho da Europa”, Dezembro 2009.
11. Artigo “Linhas de orientação da gestão da participação de Portugal nas Instituições Financeiras Internacionais no período 2009-2011”, Dezembro 2009.
12. Artigo “O alargamento dos fóruns de participação internacional do Ministério das Finanças e da Administração Pública”, Dezembro 2009.
13. “Investir no desenvolvimento pela via do sector privado”, documento interno de trabalho, Dezembro 2009;
14. “Linhas de orientação para a avaliação intercalar dos PICATFin”, documento interno de trabalho, Dezembro 2009.
15. “Indicadores de eficiência no IVA”, documento interno de trabalho, Dezembro 2009.

#### **Workshops**

1. *Workshop* “Financial Supervision and Regulation: Lessons from crisis and challenges ahead”, organizado pelo GPEARI, realizado no MFAP a 2 de Julho de 2009.
2. *Workshop* “The Portuguese Economy: Dealing with the challenges of competitiveness and fiscal sustainability in the euro area” organizado por: Comissão Europeia, DG ECFIN; Gabinete de Estratégia e Estudos (GEE/MEID) e GPEARI/MFAP, realizado no MFAP a 30 de Novembro de 2009.

#### **Consulta Pública**

Consulta pública sobre a reforma da supervisão financeira em Portugal, lançada pelo MFAP, na página electrónica do GPEARI, a 11 de Setembro de 2009.



## RELAÇÕES INTERNACIONAIS – COOPERAÇÃO BILATERAL

- ❖ Cooperação técnica
- ❖ Cooperação financeira
- ❖ Cimeiras bilaterais/encontros de alto nível

---

### Cooperação técnica

- PICATFin de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe: continuação da gestão da implementação das acções previstas; assinatura, a nível governamental, da revisão do PICATFin com Angola; missão técnica alargada do MFAP para revisão intercalar do PICATFin com São Tomé e Príncipe.
- PICATFin com Moçambique (PICATFin MZ): início da implementação do programa.
- PICATFin de Timor-Leste: identificação das necessidades de Cooperação e Assistência Técnica no MF de Timor-Leste e assinatura, a nível governamental, do Memorando de Entendimento sobre Cooperação e Assistência Técnica em Finanças Públicas com Timor-Leste.
- Assinatura, a nível governamental, da Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em matéria de Impostos sobre o Rendimento entre Portugal e Timor-Leste.
- Gestão da execução das acções previstas no Programa Integrado de Cooperação e Assistência Técnica, na área Aduaneira (PICAT II Aduaneiro-CPLP) e negociação do Programa Integrado de Cooperação e Assistência Técnica, na área da Inspecção-Geral de Finanças (PICAT IGF-CPLP), gestão da execução das acções previstas para 2009 e planeamento dos 3 anos seguintes.
- Participação na Comissão do Acordo de Cooperação Cambial e a Unidade de Acompanhamento Macroeconómico, responsáveis pelo funcionamento do Acordo de Cooperação Cambial entre Portugal e Cabo Verde.
- Negociação e Assinatura, a nível governamental, do Acordo de Cooperação Económica com São Tomé e Príncipe.
- Participação nas reuniões do Grupo de Apoio ao Orçamento de Cabo Verde.

### Cooperação financeira

- Assinatura de acordos relativos à atribuição de Linhas de Crédito concessionais a Cabo Verde, Moçambique e São Tomé e Príncipe, para financiamento da aquisição de bens e serviços de origem portuguesa.
- Análise sobre a eventual atribuição de uma Linha de Crédito concessional a Timor-Leste e assinatura, a nível governamental, do Memorando de Entendimento entre as partes.
- Acompanhamento da execução dos Acordos de Reestruturação da Dívida de Moçambique e São Tomé e Príncipe.
- Participação no grupo de trabalho luso tunisino de altos funcionários dos Ministérios da Economia e Finanças.
- Participação no projecto-piloto da orçamentação por programas aplicado às despesas de cooperação.

### Cimeiras bilaterais/ Encontros de alto nível

- Realização da I Reunião de Ministros das Finanças da CPLP (Junho 2009) - Negociação e aprovação do Regimento Interno das Reuniões Ministeriais e da Declaração Final da I Reunião Ministerial e ainda, preparação das Reuniões Bilaterais à margem da Reunião Ministerial.
- Realização das Reuniões de Altos Funcionários dos Ministérios das Finanças da CPLP (Janeiro e Junho 2009);
- Preparação do contributo do MFAP para a XXIV Cimeira Luso-Espanhola, que decorreu em Zamora, a 22 de Janeiro de 2009.
- Preparação dos Encontros entre o Ministro de Estado e das Finanças e os seus homólogos do Brasil, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e dos Encontros dos Secretários de Estado do Orçamento e do Tesouro e Finanças com as autoridades do Brasil e Timor-Leste.

**RELAÇÕES INTERNACIONAIS – MULTILATERAIS FINANCEIRAS**

- ❖ Multilaterais Financeiras, designadamente os grupos do Banco Mundial, do Banco Africano de Desenvolvimento, do Banco Asiático de Desenvolvimento e do Banco Inter-Americano de Desenvolvimento
  - ❖ Corporação Andina de Fomento
  - ❖ Banco Europeu para a Reconstrução e Desenvolvimento
  - ❖ Mandato externo do Banco Europeu de Investimento
  - ❖ Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola
  - ❖ Fundo Mundial para o Ambiente
  - ❖ Fundo Comum de Produtos de Base
  - ❖ Facilidade Euro-Mediterrânica de Investimento e Parceira
  - ❖ Facilidade Investimento para a Vizinhança
  - ❖ *Trust-Fund* UE-África para as Infra-estruturas
  - ❖ Facilidade de Investimento para os países da África, Caraíbas e Pacífico
  - ❖ *African Training Management Service*
  - ❖ Análises e estudos relacionados com temáticas multilaterais
- 

**I Reunião Extraordinária de Ministros Ibero-Americanos das Finanças**

- Organização da reunião e negociação da declaração ministerial, bem como preparação das intervenções do Sr. Ministro de Estado e das Finanças (Porto, Março de 2009).
- Preparação da participação do Sr. Ministro de Estado e das Finanças no V Encontro Empresarial Ibero-Americano (Lisboa, Novembro 2009).
- Preparação da participação do Sr. Secretário de Estado do Tesouro e Finanças e do Sr. Ministro de Estado e das Finanças no Encontro Ibero-Americano subordinado ao tema: “O impulso da banca na recuperação das economias da região ibero-americana” (Madrid, Julho 2009).

**Grupo do Banco Mundial**

- Visita a Lisboa do Vice-Presidente da Sociedade Financeira Internacional para a África Subsariana, Thierry Tanoh (Lisboa, Janeiro de 2009).
  - Representação nacional nas Reuniões da Primavera do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (Washington, Abril de 2009) e no *Donor Forum* (Paris, Maio de 2009).
  - Acompanhamento do processo de reforma da Voz e Participação dos países em Transição e Desenvolvimento no seio das instituições do Grupo do Banco Mundial, incluindo participação nas reuniões dos *Development Committee Deputies* (Washington, Junho e Setembro de 2009, e Istambul, Outubro de 2009).
  - Constituição do Fundo Lusófono de Cooperação Técnica junto da Sociedade Financeira Internacional, no montante de EUR 500.000, em benefício dos PALOP e Timor-Leste, assinado em Lisboa, à margem da I Reunião de Ministros de Finanças da CPLP (Junho de 2009).
-





- Organização do encontro com a Sociedade Financeira Internacional, com a presença do Vice-Presidente da SFI para a África Subsariana, como parte integrante do programa da I Reunião de Ministros de Finanças da CPLP (Lisboa, Junho de 2009).
- Estabelecimento de acordos de financiamento de actividades de cooperação técnica com o BIRD (*Externally Financed Outputs*), em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, num montante total de USD 820.000, assinados à margem da Reunião Anual de Istambul, com a Vice-Presidente do Banco Mundial para África (Istambul, Outubro de 2009).
- Preparação da participação do Sr. Ministro de Estado e das Finanças e do Sr. Secretário de Estado do Tesouro e Finanças na Reunião Anual da Assembleia de Governadores do Grupo (Istambul, Outubro de 2009).
- Reunião de avaliação Intercalar da 14ª reconstituição de recursos da Associação Internacional de Desenvolvimento (AID-15) (Washington DC, Novembro de 2009).
- Destacamento do Chefe de Divisão das Relações Multilaterais como *Temporary Alternate Executive Director* para o Escritório do Grupo de Voto de Portugal (Washington, Novembro e Dezembro de 2009).

#### **Grupo do Banco Africano de Desenvolvimento**

- Representação nacional na reunião dos países membros do Grupo de Voto de Portugal no Conselho de Administração do Banco (Alemanha, Reino Unido, Portugal e Países Baixos) (Berlim, Março de 2009).
- Representação nacional no *Donor Forum* (Tunis, Março de 2009), na reunião de doadores para o Zimbabué (Tunis, Abril de 2009) e na Reunião Anual da Assembleia de Governadores do Grupo, bem como respectiva intervenção na sessão plenária e encontro bilateral com o Presidente do Grupo do Banco Africano de Desenvolvimento Donald Kaberuka (Dakar, Maio de 2009).
- Representação nacional nas reuniões do *Joint Steering Committee* e do *Steering Committee* para a eleição do Presidente do Grupo (Dakar, Maio de 2009).
- Representação nacional na reunião de *Deputies* do Fundo Africano de Desenvolvimento (Dakar, Maio de 2009).
- Representação nacional nas reuniões do Comité Consultivo de Governadores do Grupo (Dakar, Maio de 2009, e Tunis, Setembro de 2009).
- Representação nacional na reunião do Grupo de Contacto para a Reforma do Conselho de Administração do Banco, no qual Portugal assume o papel de Vice-Presidente (grupo constituído por Costa de Marfim, Guiné-Bissau, África do Sul, China, Canadá, Marrocos e Uganda (Tunis, Setembro de 2009).
- Avaliação intercalar da décima reconstituição do Fundo Africano de Desenvolvimento (FAfD-XI), que cobre o período 2008-2010 (Helsínquia, Outubro de 2009).



- Oficialização da candidatura portuguesa à organização da Reunião Anual da Assembleia de Governadores do Grupo do Banco em Lisboa em 2011, bem como recepção da Missão do Banco a Portugal com o intuito de avaliar a referida candidatura.
- Condução dos processos de aprovação e vinculação de Portugal à *African Legal Support Facility*.
- Dinamização do número de jovens profissionais colocados no Banco por via dos Programas InovContacto, da AICEP Global, e InovMundus, do IPAD.
- Aprovação de cerca de uma dezena de projectos nos PALOP por via do *Trust Fund* de Portugal junto do Banco.
- Promoção do uso da língua portuguesa pelo Banco por via do co-financiamento da tradução ao português do relatório anual do Grupo, bem como pela institucionalização da interpretação em português das reuniões do Comité Consultivo de Governadores e do Grupo de Contacto para a reforma do Conselho de Administração.
- Resposta a mais de duas dezenas de procedimentos escritos e pedidos de contributos do Grupo de Voto de que Portugal faz parte no Conselho de Administração do Grupo.

#### **Grupo do Banco Asiático de Desenvolvimento**

- Reunião de Coordenação EU+ sobre o Aumento Geral de Capital (Frankfurt, Janeiro de 2009).
- Formalização da participação nacional para a Nona Reconstituição do Fundo Asiático de Desenvolvimento (FAsD X), num montante de EUR 19 milhões, por via da preparação de Resolução do Conselho de Ministros e de Instrumento de Contribuição.
- Acompanhamento do processo de negociações do Aumento Geral de Capital do Banco, concluído em Abril de 2009 (incluindo participação em reunião de coordenação europeia e seguimento dos trabalhos ao nível do Conselho de Administração).
- Reunião dos países membros do Grupo de Voto de Portugal no Conselho de Administração do Grupo (França, Itália, Espanha, Suíça, Bélgica e Portugal) (Bali, Maio de 2009).
- Reunião de *Deputies* do Fundo Asiático de Desenvolvimento (Bali, Maio de 2009).
- Preparação da participação do Sr. Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento na Reunião Anual da Assembleia de Governadores do Grupo, bem como respectiva intervenção na sessão plenária e encontro bilateral com o Presidente do Grupo do Banco Asiático de Desenvolvimento Haruhiko Kuroda (Bali, Maio de 2009).
- Recrutamento e colocação de profissional português nos quadros da organização.
- Visita do Administrador do Grupo de Voto de Portugal a Lisboa (Lisboa, Outubro de 2009).
- Participação de um técnico do GPEARI no *Inception Programme* da instituição (Manila, Novembro de 2009).

#### **Grupo do Banco Inter-Americano de Desenvolvimento**

- Reunião de coordenação dos países não regionais (Seul, Fevereiro de 2009).





- Preparação da participação do Sr. Secretário de Estado do Tesouro e Finanças na Reunião Anual da Assembleia de Governadores do Grupo, bem como respectiva intervenção na sessão plenária e encontro bilateral com o Presidente do Grupo do Banco Inter-Americano de Desenvolvimento Luis Alberto Moreno (Medellín, Março de 2009).
- Representação nacional e acompanhamento dos trabalhos do Conselho de Governadores sobre Aumento Geral de Capital da instituição (Santiago de Chile, Julho de 2009; e Madrid, Outubro de 2009).
- Reforço do Fundo de Cooperação Técnica no montante de EUR 500.000 (a confirmar, Dezembro de 2009) e emenda do acordo constitutivo do Fundo prevendo o desligamento a 50% da obrigatoriedade de contratação de profissionais nacionais e a actualização da listagem de sectores a serem financiados de forma prioritária pelo *Trust Fund* (Março de 2009).
- Contratação pelo GPEARI de consultor português para o *staff* da instituição, em particular para acompanhamento directo e permanente dos trabalhos do Conselho de Administração e das actividades do Fundo de Cooperação Técnica.
- Visitas do Director do Escritório do Banco na Europa, Carlos Jarque (Paris e Lisboa, Abril e Novembro de 2009, respectivamente).

### **Corporação Andina de Fomento**

- Processo de Negociação Técnicas com vista à incorporação do Governo Português como accionista da Corporação Andina de Fomento (Lisboa, Janeiro de 2009, e Caracas, Abril de 2009). Seguimento do processo de consultas a entidades nacionais relativas aos procedimentos e instrumentos da incorporação nacional.
- Formalização da incorporação do Governo Português como accionista da instituição à margem da XIX Cimeira Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo (Lisboa, Novembro de 2009).
- Visitas do Representante da Corporação para a Europa, Germán Jaramillo (Lisboa, Abril e Novembro de 2009).
- Dinamização de outros âmbitos de cooperação entre entidades portuguesas e a CAF, nomeadamente:
  - i) Promoção da colocação de recursos humanos nacionais na instituição, incluindo visita da Directora de Operações de Recursos Humanos a Portugal (Lisboa e Porto, Setembro de 2009).
  - ii) Memorando de Entendimento entre a CAF e a AICEP Portugal Global sobre cooperação económica e técnica, nomeadamente na área das infra-estruturas e logística e recursos humanos.
  - iii) Cooperação na área das alterações climáticas entre o Programa Latino Americano do Carbono e Energias Alternativas Limpas (PLAC) e o Fundo Português de Carbono (reunião em Lisboa, Abril de 2009); e
  - iv) Cooperação com a Banca e instituições financeiras nacionais.



## Banco Europeu para a Reconstrução e Desenvolvimento

- Representação nacional na Reunião Anual da Assembleia de Governadores do Banco, bem como respectiva intervenção na sessão plenária (Londres, Maio de 2009); representação nacional no *Donor Forum* (Londres, Maio de 2009) e nas discussões com capitais dos países accionistas sobre aumento de capital da instituição (Londres, Novembro de 2009).

## Mandato externo do Banco Europeu de Investimento

- Preparação de notas para apoio à intervenção do representante português no Conselho de Administração do Banco relativas ao mandato externo do Banco.
- Representação nacional nas reuniões do Comité da Facilidade de Investimento para a África, Caraíbas e Pacífico (Luxemburgo, Janeiro, Fevereiro, Abril, Junho, Setembro, Outubro e Dezembro de 2009), bem como no seminário sobre garantias dos Estados-membros em operações financiadas com recursos próprios (Luxemburgo, Setembro de 2009).
- Representação nacional nas reuniões da Assembleia de Doadores do *Trust Fund* da Facilidade Euro-Mediterrânica de Investimento e Parceria (FEMIP) e do Comité FEMIP (Luxemburgo, Abril e Maio de 2009), bem como nas conferências sobre o clima de investimento nos países do Mediterrâneo e as necessidades sentidas por PME's durante o ciclo de vida do negócio (Rabat, Março de 2009).
- Preparação da participação do Sr. Ministro de Estado e das Finanças na Reunião Ministerial FEMIP.
- Formalização da participação nacional no *Trust Fund* e no Comité Facilidade de Investimento para a Vizinhança, no âmbito da Política de Vizinhança da União Europeia, por via da preparação da respectiva Resolução do Conselho de Ministros, bem como representação de Portugal nos respectivos Comités Operacional e Comité Estratégico (este último em conjunto com o Ministério dos Negócios Estrangeiros) (Bruxelas, Abril, Setembro e Novembro de 2009).
- Preparação da candidatura da SOFID ao *Financiers Group* da Facilidade de Investimento para a Vizinhança (Fevereiro de 2009).
- Participação de técnico do GPEARI no *Inception Programme* da instituição (Luxemburgo, Novembro de 2009).

## Outras

- III edição da Reunião Anual com os Administradores e outros representantes nacionais nos Conselhos de Administração das Instituições Financeiras Internacionais, que contou com a presença de representantes institucionais e empresariais nacionais tendo em vista a dinamização de uma rede de acompanhamento do mercado das multilaterais financeiras, bem como preparação da respectiva intervenção do Sr. Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento (Lisboa, Junho de 2009).
- Preparação da posição do Governador e submissão de cerca de 35 votos dos Conselhos de Governadores dos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento de que Portugal faz parte.
- Preparação de contributos e notas de apoio à intervenção dos representantes nacionais e à definição da política nacional nas reuniões do Conselho ECOFIN e do Comité Económico e Financeiro, bem como respectivos subcomités;



- Lançamento, gestão de conteúdos e divulgação do boletim informativo da área internacional do GPEARI (duas edições em 2009: Setembro e Novembro).
- Assinatura do Acordo de Parceiros entre o GPEARI e a AICEP Portugal Global e desenho do mecanismo de acompanhamento interministerial do mercado das multilaterais financeiras.
- Preparação da participação do Sr. Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento nos Encontros de Lisboa (Lisboa, Setembro de 2009).
- Formalização da participação nacional na oitava reconstituição de recursos do Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA-8), por via da preparação da respectiva Resolução do Conselho de Ministros, bem como representação de Portugal na Reunião Anual da Assembleia de Governadores da instituição (esta última em conjunto com o Ministério dos Negócios Estrangeiros e o Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas), que procedeu à eleição do novo Presidente do Fundo.
- Redacção de artigos GPEARI, designadamente sobre (i) a abordagem ibero-americana das relações internacionais do MFAP; (ii) a sociedade financeira internacional e o seu papel dinamizador do desenvolvimento mundial e da luta contra a pobreza por via do sector privado; e (iii) a estratégia multilateral do GPEARI no período 2009-2011.
- Representação nacional no processo de negociação da quinta reconstituição de recursos do *Global Environment Facility* (Paris em Março, Washington DC em Junho e Novembro, e Paris em Outubro de 2009).
- Representação nacional no *Working Group on Blending Mechanisms* (Bruxelas, Setembro, Outubro, Novembro e Dezembro de 2009).
- Compilação, lançamento e dinamização da rede de profissionais portugueses nas Instituições Financeiras Internacionais.
- Negociação e formalização da contribuição nacional para o Programa *African Management and Training Services (ATMS)*, no montante de EUR 150.000, cujo acordo foi assinado à margem da I Reunião de Ministros de Finanças da CPLP (Lisboa, Junho de 2009), na presença do Presidente da Fundação ATMS.
- Visita a Lisboa do *Managing Director* da *African Management Services Company (AMSCO)* (Março de 2009).
- Representação nacional na Reunião Anual de *stakeholders* da AMSCO/ATMS (Haia, Junho de 2009).
- Representação do MFAP nas reuniões de coordenação da posição nacional quanto à constituição da União para o Mediterrâneo.
- Divulgação de mais de 600 oportunidades de recrutamento e de negócio nas instituições e facilidades acompanhadas pela DRM.
- Representação nacional no Conselho Executivo do Fundo Comum de Produtos de Base, na posição de Administrador, bem como participação nas reuniões do referido Conselho (Amesterdão, Abril e Outubro de 2009).



- Preparação da posição nacional em fóruns internacionais (União Europeia, Nações Unidas, *African Partnership Forum*, entre outros) sobre a crise mundial e arquitectura do sistema financeiro internacional, bem como acompanhamento dos trabalhos do Grupo dos 20 e seus sub-grupos, designadamente nos temas relacionados com o papel das instituições financeiras internacionais na resposta à crise financeira e económica mundial e na reforma da arquitectura financeira internacional (Instituições de *Bretton Woods*).
- Participação no grupo de trabalho conjunto Comité de Política Económica/Comité Económico e Financeiro sobre o financiamento internacional da luta contra as alterações climáticas (Bruxelas, Fevereiro, Abril, Maio, Julho, Agosto e Setembro de 2009).
- Representação nacional nas Reuniões de Altos Funcionários de Ambiente e Finanças sobre o financiamento da luta contra as alterações climáticas (Praga, Fevereiro e Maio de 2009).
- Representação nacional no Comité do *Trust Fund* UE-África para as infra-estruturas (Bruxelas, Maio e Dezembro de 2009).
- Representação do MFAP nos trabalhos da Delegação Nacional do Clima, tendo em vista a preparação da posição nacional na Cimeira de Copenhaga.
- Representação do MFAP no grupo de trabalho de reporte da Comissão Interministerial para as Alterações Climáticas.



## RECURSOS E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

- ❖ Gestão de recursos
  - ❖ Sistemas de informação
- 

### Gestão de recursos

- Implementação, em modo de pré-produção, do sistema de Gestão Partilhada de Recursos Financeiros da Administração Pública (GeRFIP).
- Garantia da obtenção do mínimo custo de mercado na aquisição de serviços de deslocações e alojamento, através da consulta a, pelo menos, três fornecedores.
- Elaboração do Plano Anti-Vírus H1N1 para o GPEARI.
- Modernização do parque tecnológico.
- Aquisição e/ou regularização de software diverso para as actividades do GPEARI.
- Início de obras de melhoria das condições de trabalho dos colaboradores, nas zonas de arquivo, copa e gabinetes.
- Integração das comunicações fixas e móveis no plano da SGMFAP.
- Elaboração do Inventário do património imobiliário do GPEARI a consolidar pela DGTF.
- Integração das compras de grande volume nos procedimentos de aquisição promovidos pela UMC da SGMFAP.

### Sistemas de informação

- Implementação de um sistema de *helpdesk* para as questões do aprovisionamento.
- Disponibilização da *newsletter* da área internacional do GPEARI.
- Implementação da Intranet em suporte *Sharepoint*.
- Implementação, em fase de testes, de ligações VPN para todos os colaboradores.
- Implementação, em fase de testes, de acessos públicos à Intranet do GPEARI.

## Quadro 8. Actividades da Unidade de Política Económica

Actividades da UPE			2009	
			Programado	Realizado
ACTIVIDADES PROGRAMADAS				
A1 - Elaborar contributos para documentos de política económica	A1.1	Contributo para as GOP	1	0
	A1.2	Contributo para o OE	1	2
	A1.3	Contributo para a Conta Geral do Estado	1	1
	A1.4	Elaboração do PEC	1	1
	A1.5	Elaboração do ROPO	1	1
A2 - Actualizar os instrumentos de acompanhamento da conjuntura	A2.1	Boletim Mensal de Economia Portuguesa (BMEP)	12	12
	A2.2	Cadernos e sínteses informativas, por áreas temáticas: previsões,	35	35
	A2.3	Actualizar Bases de Dados	1	1
A3 - Elaborar contributos em resposta a solicitações externas	A3.1	Emissão de pareceres e notas de informação, preparação de discursos e intervenções públicas sobre temáticas relacionadas com a Economia	6	6
	A3.2	Contributos no âmbito de relatórios de outros organismos e instituições internacionais (artigo IV do FMI, questionários OCDE, agências rating)	5	5
A4 - Representar o MFAP/GPEARI em reuniões diversas	A4.1	Conselho Económico e Social (GOP, OE)	2	0
	A4.2	INE - Conselho Superior de Estatística:		
	A4.2.1	Sessões Permanentes	4	2
	A4.2.2	Grupo de Trabalho das Contas Nacionais e Regionais	4	3
	A4.2.3	Grupo de Trabalho sobre Relações Económicas com o Exterior	3	3
	A4.2.4	Grupo de Trabalho sobre Estatísticas Monetárias e Financeiras	3	3
	A4.3	Outros:		
	A4.3.1	Instituto de Defesa Nacional	1	1
	A4.3.2	Conselho Superior do Desporto	11	1
	A4.3.3	Observatório da Construção	6	0
	A5 - Elaborar documentos	A5.1	Artigos e Working Papers	7
A5.2	Economia Portuguesa	1	1	
A6 - Desenvolver/acompanhar projecto(s)	A6.1	Protocolo com Universidade de Direito	3	0
	A6.2	Protocolo com outras entidades	1	0
	A6.3	Grupo de Trabalho S.Tomé e Príncipe	1	1
	A6.4	Workshop	1	1
A7 - Elaborar pareceres, notas de informação e participar em reuniões	A.7.1	Conselho de Ministros para as Questões Económicas e Financeiras (ECOFIN), CEF, CPE:		
	A7.1.1	Conselho ECOFIN e Eurogrupo	11	12
	A7.1.2	Briefings com as Embaixadas	11	9
	A7.1.3	Comité Económico e Financeiro Principais (CEF)	11	15
	A7.1.4	Comité Económico e Financeiro Alternates (CEF-Alternates)	17	12
	A7.1.5	Comité de Política Económica (CPE)	11	12
	A7.1.6	Sub-comité do FMI e Questões Afins (SCIMF)	5	10
	A7.1.7	Grupo dos serviços financeiros	3	10
	A7.1.8	EFIR (Grupo de Trabalho do Conselho)	2	1
	A7.1.9	Financial Services Committee	6	7
	A7.2	Grupos de Trabalho CPE:		
	A7.2.1	Country-Review Working Group	2	1
	A7.2.2	GT do LIME	3	3
	A7.2.3	Grupo de Trabalho do Mercado de Trabalho	3	1
	A7.2.4	Grupo de Trabalho das Previsões Económicas	2	2
	A7.2.5	Grupo de Trabalho sobre a Qualidade das Finanças Públicas	3	1
	A7.2.6	Grupo de Trabalho do Output Gap	1	1
	A7.2.7	GT sobre o impacto macroeconómico das questões energéticas e alterações climáticas	1	1
	A7.2.8	Grupo de Trabalho sobre o Envelhecimento da População (AWG)	4	5
	A7.3	OCDE:		
	A7.3.1	Comité de Política Económica da OCDE	2	2
	A7.3.2	Country-review	2	3
	A7.3.3	Grupo de Trabalho Nº1	2	2
	A7.3.4	Grupo de Trabalho de Previsões de Curto Prazo	2	2
	A7.3.5	Comité Executivo Sessão Especial	1	1
	A7.3.6	Questionários (regulamentação dos mercados, etc)	1	1
	A7.3.7	Comité dos Mercados Financeiros	2	0
	A7.4	GEGRFS (Government Expert Group on Retail Financial Services)	2	2
	A7.5	BEI		
	A7.5.1	Conselho de Administração	10	10
	A7.5.2	Sub-comité de Pensões Remunerações	3	3
	A7.5.3	Acordos de princípio	8	24
	A7.5.4	Votos	11	12
	A7.6	Outros:		
	A7.6.1	Network of Public Finance Economists in Public Administration	1	1
	A7.6.2	Network of Public Finance Experts - Barcelona Process EUROMED	1	0
	A7.6.3	Reunião do Conselho a nível ministerial	1	1
	A7.6.4	Comissão Interministerial para os Assuntos Europeus (CIAE)	11	6
	A7.6.5	Contributo do MFAP: Balanço de PT na UE (DGAE/MNE)	1	1
	A8 - Acompanhar a Política Europeia. Emitir pareceres e garantir o fluxo de informação entre os organismos do MFAP	A8.1	Mercado Interno Comum (ex-PNACE, ...)	1
A8.2		Legislação Comunitária	1	1
A8.3		Política Externa Europeia	1	1
A8.4		Outros	1	1
A9 - Melhorar o grau de cumprimento dos prazos de resposta	A9.1	Percentagem de respostas e acções concluídas fora de prazo	1	1
A10 - Workshop	A10.1	Workshop realizado pelo GPEARI	1	1
Total			275	267
Taxa de execução das actividades programadas			97%	
ACTIVIDADES NÃO PROGRAMADAS				
A7 - Elaborar pareceres, notas de informação e participar em reuniões		CEB	-	17
		Early Intervention Working Group (EIWG)	-	2
		EFC Ad Hoc working Group on crisis management	-	2
		Grupo de trabalho conjunto CEF/CPE sobre financiamento das alterações climáticas	-	6
		Grupo "Amigos da Presidência" sobre Burden Sharing do financiamento das alterações climáticas	-	1
Total			-	27





**Quadro 9. Actividades da Direcção de Serviços de Cooperação e Instituições**

Actividades da DSCI			2009	
			Programado	Realizado
ACTIVIDADES PROGRAMADAS				
A1 - Preparar e participar em reuniões bilaterais	A1.1	Luso-argelina	1	0
	A1.2	Luso-brasileira	1	0
	A1.3	Luso-espanhola	1	1
	A1.4	Luso-marroquina	1	0
	A1.5	Luso-tunisina	1	0
A2 - Elaborar documentos internos do GPEARI	A2.1	Artigos	5	5
A3 - Participar em reuniões	A3.1	Conselho de Administração do CEB	5	6
	A3.2	Com entidades nacionais (bancos, municípios, IPSS, etc)	12	0
A4 - Organizar iniciativas de procurement, em parceria com outras entidades e divulgar oportunidades de negócio	A4.1	Reuniões com consultores BAfD	1	0
	A4.2	Encontro BID	1	0
	A4.3	Seminário BERD	2	0
	A4.4	Actualização do portal do GPEARI	12	12
A5 - Divulgação de oportunidades de emprego	A5.1	Nas IFI	1	1
	A5.2	No âmbito dos PICATFin	1	0
	A5.3	Outros	1	1
A6 - Coordenar e apoiar a execução das acções programadas nos PICATFin	A6.1	PICATFin Angola	1	1
	A6.2	PICATFin Stomé	1	1
	A6.3	PICATFin Cverde	1	1
	A6.4	PICATFin Guiné Bissau	1	1
	A6.5	PICAT II Alfândegas	1	1
A7 - Prestar assistência técnica não programada nos PICATFin	A7.1	Missão Timor Leste	2	1
	A7.2	Missão Moçambique	1	1
A8 - Participar/intervir em reuniões internacionais, emissão de votos e pareceres, elaboração de notas, informações e discursos	A8.1	BEI/Exterior UE (FEMP, FI/ACP, TF Infraestruturas)	24	16
	A8.2	Grupo Banco Mundial	6	11
	A8.3	GEF	3	5
	A8.4	CEB	6	0
	A8.5	Grupo BID	4	7
	A8.6	Grupo BAfD	4	7
	A8.7	Grupo BAsD	1	3
	A8.8	IFAD	2	1
	A8.9	FCPB	3	2
	A8.10	AMSCO	1	1
	A8.11	CAF	4	2
	A8.12	ACC Cabo Verde	2	2
	A8.13	Ministerial CPLP	2	2
	A8.14	Encontro Administradores IFIs	2	1
	A8.15	Financiamento Climáticas	10	9
	A8.16	NIF	4	4
A9 - Melhorar o grau de cumprimento dos prazos de resposta	A9.1	Percentagem de respostas e acções concluídas fora de prazo	1	1
A10 - Novas actividades e produtos da iniciativa do GPEARI	A10.1	Newsletter do GPEARI (publicação mensal)	12	2
	A10.2	Cimeira de Ministros das Finanças da CPLP	1	1
Total			146	110
Taxa de execução das actividades programadas			75%	
ACTIVIDADES NÃO PROGRAMADAS				
A6 - Coordenar e apoiar a execução das acções programadas nos PICATFin		PICATFin Moçambique	-	1
		PICAT IGF-CPLP	-	1
A8 - Participar/intervir em reuniões internacionais, emissão de votos e pareceres, elaboração de notas, informações e discursos		I Reunião Extraordinária de Ministros Ibero-Americanos das Finanças	-	1
		FMI	-	1
		BERD	-	3
		Reunião de Peritos - Adicionalidade	-	4
Protocolos com outras entidades		Acordo de parceiros com a AICEP Portugal Global para o acompanhamento das Multilaterais Financeiras	-	1
Outras		Destacamento no Banco Mundial (1 técnico)	-	1
		Missão do Banco Africano sobre reunião anual de 2011	-	1
Total			-	14





**Quadro 10. Actividades da Direcção de Serviços de Planeamento e Controlo de Gestão**

Actividades da DSPCG			2009	
			Programado	Realizado
ACTIVIDADES PROGRAMADAS				
A1 - Elaborar contributos para documentos de política económica	A1.1	Contributo para as GOP	1	0
	A1.2	Contributo para o OE	1	0
A2 - Elaborar documentos de suporte à formulação e condução de políticas do MFAP	A2.1	Relatório de monitorização do PEMFAP	1	1
	A2.2	Documento a apresentar ao CC das TIC com proposta de modelo de monitorização dos projectos transversais em TIC do MFAP	1	1
	A2.3	Relatório final de avaliação do desempenho dos serviços do MFAP - 2008	1	1
	A2.4	Relatórios de monitorização do desempenho dos serviços do MFAP - QUAR 2009	2	2
	A2.5	Apresentação de proposta de PEMFAP para 2010-2012	1	1
	A2.6	Documentos de orientação técnica no âmbito de grupos de trabalho do CCAS	1	2
A3 - Elaboração de instrumentos de gestão do GPEARI	A3.1	Relatório de auto-avaliação do GPEARI - 2008 (a incluir no RA 2008)	1	1
	A3.2	QUAR e Plano de Actividades para 2010	1	1
A4 - Participar em reuniões	A4.1	Conselho Coordenador da Avaliação dos Serviços (CCAS)	3	3
	A4.2	Conselho Coordenador das TIC no MFAP	3	4
	A4.3	Conselho Supremo da Cruz Vermelha Portuguesa	1	3
	A4.4	Grupo de Trabalho sobre a Qualidade das Finanças Públicas (CPE/CE)	3	3
A5 - Elaborar documentos internos do GPEARI	A5.1	Artigos	1	2
A6 - Acompanhar/orientar projectos desenvolvidos no âmbito de protocolos celebrados com entidades externas (universidades, etc)	A6.1	Prestar apoio técnico e apreciar relatório final	2	2
A7 - Melhorar o grau de cumprimento dos prazos de resposta	A7.1	Percentagem de respostas e acções concluídas fora de prazo	1	1
A8 - Elaborar nova publicação relacionada com a temática Qualidade das Finanças Públicas	A8.1	Nova publicação	1	1
Total			26	29
Taxa de execução das actividades programadas			112%	
ACTIVIDADES NÃO PROGRAMADAS				
A2 - Elaborar documentos de suporte à formulação e condução de políticas do MFAP		Relatórios de monitorização do Programa "IIE"	-	15
		Relatórios de monitorização do Programa "PTH"	-	
A4 - Participar em reuniões		Reuniões da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (Conselho Consultivo, Comissão Interministerial e Grupo de Trabalho N.º 1 - Inclusão Social)	-	5
		Reuniões da Comissão de Acompanhamento do Projecto "Avaliação da eficácia e eficiência das políticas da deficiência" - Indicadores de deficiência e incapacidade	-	4
		Reuniões diversas	-	35
A3 - Elaboração de instrumentos de gestão do GPEARI		Plano de Igualdade	-	1
		Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infracções Conexas	-	1
Total			-	61



**Quadro 11. Actividades da Direcção de Serviços de Recursos e Sistemas de Informação**

Actividades da DSRSI			2009	
			Programado	Realizado
ACTIVIDADES PROGRAMADAS				
A1 - Garantir a obtenção do mínimo custo de mercado	A1.1	Consulta a vários fornecedores para cada deslocação prevista	1	1
	A1.2	Estabelecimento de protocolos que garantam preços preferenciais	1	0
A2 - Melhorar os sistemas de controlo interno	A2.1	Implementar sistema de helpdesk para as questões de aprovisionamento	1	1
	A2.2	Reuniões de coordenação da Direcção de Serviços	1	1
	A2.3	Elaboração de relatórios mensais de execução orçamental	12	4
Elaboração de relatórios de enumeração das actividades da DSRSI a realizar no mês seguinte		12	6	
A3 - Garantir condições tecnológicas fomentadoras do aumento de produtividade	A3.1	Estabelecimento de ligações VPN para todos os colaboradores	1	0
	A3.2	Modernização do parque tecnológico	1	1
	A3.3	Implementar sistema de Gestão Documental	1	0
A4 - Elaboração de instrumentos de gestão do GPEARI	A4.1	Elaboração de relatórios de monitorização do QUAR	3	0
	A4.2	Elaboração da Conta de Gerência	1	1
A5 - Actividades relacionadas com a implementação do SIADAP 2 e 3	A5.1	Autoavaliação, avaliação prévia e harmonização das propostas de avaliação	1	1
	A5.2	Validação e reconhecimento das avaliações	1	1
	A5.3	Homologação das avaliações	1	1
	A5.4	Definição de objectivos do serviço e de cada unidade orgânica para 2010	1	0
A6 - Melhorar o rigor da gestão orçamental	A6.1	Elaborar mapas de controlo trimestral por unidade orgânica	3	0
	A6.2	Elaborar relatório trimestral dos custos administrativos associados a cada colaborador	3	3
	A6.3	Desmaterializar processos	1	1
A7 - Iniciativas no âmbito dos recursos partilhados	A7.1	Implementação do sistema GERFIP	1	1
	A7.2	Integração no plano de comunicações fixas e móveis negociado com o MFAP	1	1
	A7.3	Inventariação do Património Imobiliário da Adminstração Pública	2	2
	A7.4	Compras efectuadas através de protocolos estabelecidos pela ANCP	1	1
A8 - Compras ecológicas	A8.1	Utilização exclusiva de papel reciclado	1	1
A9 - Inovação de processos	A9.1	Implementação de uma solução de Enterprise Resource Management	1	0
	A9.2	Elaboração de um mid-term review	1	0
	A9.3	Definição de uma política para fomentar o grau de escolaridade dos colaboradores	1	0
Total			55	28
Taxa de execução das actividades programadas			51%	
ACTIVIDADES NÃO PROGRAMADAS				
		Disponibilização da newsletter da área internacional do GPEARI	-	1
		Elaboração do Plano Anti-Vírus H1N1 para o GPEARI	-	1
		Início das obras de melhoramento (arquivo, copa e gabinetes)	-	1
Total			-	3



## IV. Conclusões prospectivas

Em 2009, o GPEARI desempenhou um papel reforçado no apoio à definição, concepção e monitorização de políticas económicas e na coordenação das relações internacionais, no âmbito do Ministério das Finanças e da Administração Pública. Os resultados mencionados foram alcançados com redobrado esforço, fruto de condições particularmente desfavoráveis com destaque para a escassez de recursos humanos aliada às alterações ocorridas nos elementos da direcção superior, em meados do ano, num contexto de forte perturbação na envolvente externa, em particular na envolvente institucional e macroeconómica.

O ano de 2010 prevê-se marcado por uma conjuntura, nacional e internacional, exigente, sendo assim de esperar que o reforço do papel do GPEARI nas funções acima descritas, bem como no acompanhamento da evolução dos agregados macroeconómicos, se mantenha. Adicionalmente, ao acompanhar a definição e implementação de políticas económicas a nível da União Europeia, o GPEARI continuará a desempenhar um papel crucial, não apenas no apoio à definição dessas políticas, mas também, indirectamente, na estruturação de políticas económicas internas na medida em que estas se enquadrem na estratégia definida à escala europeia.

No âmbito do processo de internacionalização da economia portuguesa, o GPEARI deverá fortalecer a sua actuação promovendo o aumento do retorno associado à participação de Portugal nas Instituições Financeiras Internacionais. De destacar, neste contexto, a operacionalização, durante o ano de 2010, do mecanismo de acompanhamento do mercado das Multilaterais Financeiras que resultou do Acordo de Parceiros entre o GPEARI e a AICEP, bem como os trabalhos de preparação da organização da Reunião Anual da Assembleia de Governadores do Grupo do Banco Africano de Desenvolvimento que decorrerá em Portugal em 2011.

Por fim, é ainda de realçar o necessário reforço da ligação do GPEARI aos restantes serviços do MFAP, no âmbito das suas competências em matéria de promoção da qualidade das finanças públicas, incentivando a competência, as boas práticas e a sua disseminação, em particular no que diz respeito à promoção da racionalização da despesa pública.

Neste contexto de grande exigência, torna-se fundamental dotar o GPEARI de recursos humanos e técnicos capazes de garantir a qualidade dos serviços prestados e da informação produzida, ultrapassando as restrições estruturais identificadas na nota introdutória do presente relatório e reforçando a requalificação dos recursos existentes através da frequência de acções e de cursos de formação, bem como da organização de seminários que promovam a análise e o debate sobre temas acompanhados pelo GPEARI.





## ANEXOS



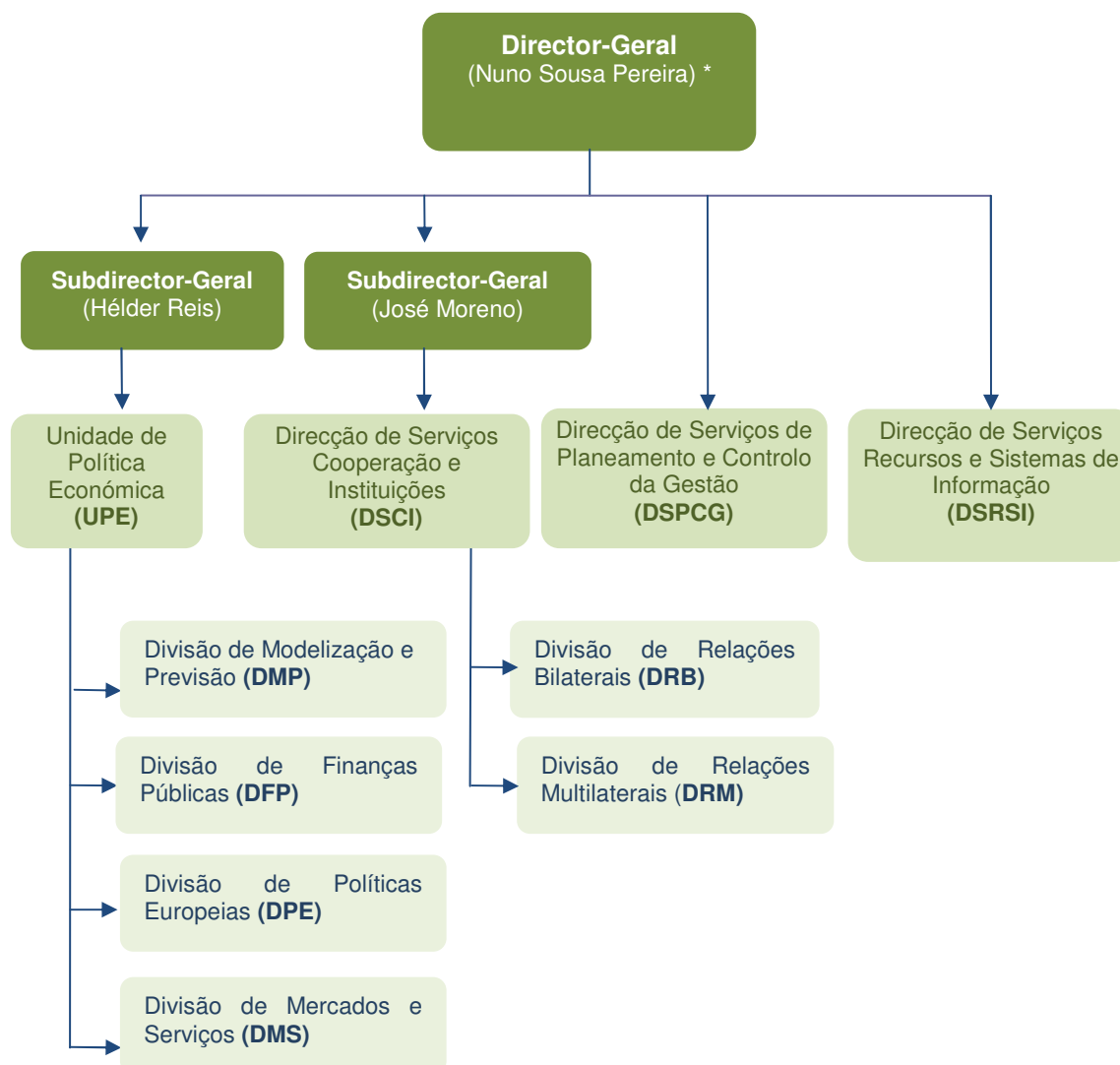
## Lista de Acrónimos

ACSS	Administração Central do Sistema de Saúde
AICEP Portugal Global	Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal
ANCP	Agência Nacional de Compras Públicas
ASEM	<i>Asia-Europe Meeting</i>
AWG	Grupo de Trabalho sobre o Envelhecimento da População
BAD	Banco Africano de Desenvolvimento
BAfD	Banco Africano de Desenvolvimento
BAsD	Banco Asiático de Desenvolvimento
BEI	Banco Europeu de Investimento
BERD	Banco Europeu para a Reconstrução e Desenvolvimento
BID	Banco Inter-Americano de Desenvolvimento
BMEP	Boletim Mensal de Economia Portuguesa
CAF	Corporação Andina de Fomento
CC	Conselho Coordenador
CE	Comissão Europeia
CEB	Banco de Desenvolvimento do Conselho da Europa
CEF	Comité Económico e Financeiro
CPE	Comité de Política Económica
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
DFP	Divisão de Finanças Públicas
DGAC	Direcção-Geral dos Assuntos Comunitários
DGCI	Direcção-Geral dos Impostos
DGAL	Direcção-Geral da Administração Local
DGAEP	Direcção-Geral da Administração e do Emprego Público
DG ECFIN	Direcção-Geral dos Assuntos Económicos e Financeiros
DGO	Direcção-Geral do Orçamento
DGTF	Direcção-Geral do Tesouro e Finanças
DMP	Divisão de Modelização e Previsão
DMS	Divisão de Mercados e Serviços
DPE	Divisão de Políticas Europeias
DRB	Divisão de Relações Bilaterais
DRM	Divisão de Relações Multilaterais
DSCI	Direcção de Serviços de Cooperação e Instituições
DSPCG	Direcção de Serviços de Planeamento e Controlo da Gestão
DSRSI	Direcção de Serviços de Recursos e Sistemas de Informação
ECOFIN	Conselho de Ministros para as Questões Económicas e Financeiras
EIPA	European Institute of Public Administration
EFTA	<i>European Free Trade Association</i>
EUR	Euros
FEDER	Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
FEI	Fundo Europeu de Investimento
FEMIP	Facilidade Euro-Mediterrânica para o Investimento e Parcerias
FMI	Fundo Monetário Internacional
FSE	Fundo Social Europeu



GEE	Gabinete de Estratégia e Estudos
GERFIP	Gestão Partilhada de Recursos Financeiros da Administração Pública
GMEF	Gabinete do Ministro de Estado e das Finanças
GOP	Grandes Opções do Plano
GPEARI	Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais
GSEAF	Gabinete do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais
GSEAP	Gabinete do Secretário de Estado e da Administração Pública
GSEAO	Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento
GSETF	Gabinete do Secretário de Estado do Tesouro e Finanças
IIE	Iniciativa para o Investimento e o Emprego
IIMFAP	Instituto de Informática do Ministério das Finanças e da Administração Pública
IFI	Instituições Financeiras Internacionais
IGF	Inspecção-Geral de Finanças
IPAD	Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento
IPSS	Instituições Particulares Sem fim Lucrativo
IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
LIME	<i>Lisbon Methodology</i>
MEID	Ministério da Economia, Inovação e Desenvolvimento
MFAP	Ministério das Finanças e da Administração Pública
MNE	Ministério dos Negócios Estrangeiros
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
OE	Orçamento do Estado
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PEC	Programa de Estabilidade e Crescimento
PEMFAP	Plano Estratégico para o Ministério das Finanças e da Administração Pública
PICATFin	Programa Integrado de Cooperação e Assistência Técnica em Finanças Públicas
PTH	Pagar a Tempo e Horas
QUAR	Quadro de Avaliação e Responsabilização
REPER	Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia
ROPO	Relatório de Orientação da Política Orçamental
SOLVIT	Rede de Resolução de Problemas do Mercado Interno
TAIEX	Technical Assistance and Information Exchange
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
UE	União Europeia
UMC	Unidade Ministerial de Compras
UPE	Unidade de Política Económica
USD	Dólar norte-americano
VPN	<i>Virtual Private Network</i>



**A1. Organograma do GPEARI – 2009**

\* Em Junho de 2009 ocorreu a saída do Director-Geral, Nuno de Sousa Pereira, tendo o cargo sido assumido pelo Subdirector-Geral Hélder Reis até Dezembro de 2010, data em que tomou posse a actual Directora-Geral, Inês Drumond.



## A2. QUAR do GPEARI - 2009



ANO:2009

Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais

**MISSÃO:** Garantir o apoio à formulação de políticas e ao planeamento estratégico e operacional, em articulação com a programação financeira, assegurar, directamente ou sob sua coordenação, as relações internacionais, acompanhar e avaliar a execução de políticas, dos instrumentos de planeamento e os resultados dos sistemas de organização e gestão, em articulação com os demais serviços do Ministério.

### Objectivos Estratégicos

DESIGNAÇÃO	META 2009	TAXA REALIZAÇÃO
Garantir a excelência da informação produzida e difundida		
Contribuir para a identificação e disseminação de boas práticas		
Potenciar o retorno da interacção do GPEARI/MFAP com os seus parceiros estratégicos		

### Objectivos Operacionais

#### Eficácia

**Peso: 50.0**

**O1: Garantir o apoio técnico à formulação e monitorização de políticas e à representação institucional do MFAP**

**Peso: 40.0**

INDICADORES	2007	2008	META 2009	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Ind 1. Número de documentos técnicos elaborados de suporte à formulação e monitorização de políticas e à representação institucional do MFAP		256.0	282.0	60	389.0	137.9	Superou
Ind2. Número de documentos publicados, de entre: artigos, working papers, publicação Economia Portuguesa	2.0	10.0	14.0	40	15.0	107.1	Superou

**O2: Desenvolver uma rede de informação nas áreas de competência do GPEARI**

**Peso: 20.0**

INDICADORES	2007	2008	META 2009	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Ind 3. Número de outputs resultantes de projectos desenvolvidos em colaboração com entidades externas		7.0	8.0	60	8.0	100.0	Atingiu
Ind 4. Número de quadros superiores colocados em organismos externos (stock)	112.0	125.0	131.0	40	134.0	102.3	Superou

**O3: Maximizar o retorno da Ajuda Pública ao Desenvolvimento**

**Peso: 20.0**

INDICADORES	2007	2008	META 2009	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Ind 5. Resultados das acções A11 e A31 do piloto orçamental da cooperação portuguesa (realizado vs previsto)/Custos das acções afectas ao GPEARI (realizado vs previsto)			1.0	100	1.2	118.4	Superou

**O4: Maximizar o retorno financeiro da participação portuguesa nas Instituições Financeiras Internacionais**

**Peso: 20.0**

INDICADORES	2007	2008	META 2009	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Ind 6. Financiamentos a entidades portuguesas do BEI e do CEB e valor dos contratos de outras IFIs, ganhos por empresas portuguesas (Índice 2007=100)	100.0	158.0	174.0	100	252.5	145.1	Superou

#### Eficiência

**Peso: 25.0**

**O5: Melhorar o grau de cumprimento dos prazos de resposta**

**Peso: 30.0**

INDICADORES	2007	2008	META 2009	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Ind 7. Percentagem de respostas e acções concluídas fora do prazo		10.0	5.0	100	4.8	103.7	Superou

**O6: Optimizar resultados face aos recursos utilizados**

**Peso: 40.0**

INDICADORES	2007	2008	META 2009	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Ind 8. Índice de eficiência do serviço		1.0	1.2	100	1.7	138.8	Superou



## Objectivos Operacionais

### O7: Reduzir custos administrativos

Peso: 30.0

INDICADORES	2007	2008	META 2009	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Ind 9. Percentagem de redução de custos administrativos por colaborador, face ao ano anterior			10.0	100	25.1	250.7	Superou

### Qualidade

Peso: 25.0

### O8: Garantir a qualidade do serviço prestado

Peso: 30.0

INDICADORES	2007	2008	META 2009	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Ind 10. Nível de satisfação dos utilizadores (escala de 1 a 5)		4.0	4.0	100	4.0	100.0	Atingiu

### O9: Promover a sustentabilidade financeira, social e ambiental através da implementação de boas práticas nas áreas de recursos partilhados, compras ecológicas e inovação de processos

Peso: 30.0

INDICADORES	2007	2008	META 2009	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Ind 11. Número de iniciativas implementadas		1.0	3.0	100	3.0	100.0	Atingiu

### O10: Reforçar a mais-valia do conhecimento gerado no GPEARI, através de novos produtos/iniciativas

Peso: 40.0

INDICADORES	2007	2008	META 2009	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Ind 12. Novas iniciativas implementadas		1.0	3.0	100	3.0	100.0	Atingiu

## NOTA EXPLICATIVA

## JUSTIFICAÇÃO DE DESVIOS

## Avaliação Final

<b>Eficácia</b>	<b>61.6</b>	<b>Superou</b>
O1: Garantir o apoio técnico à formulação e monitorização de políticas e à representação institucional do MFAP	50.2	Superou
O2: Desenvolver uma rede de informação nas áreas de competência do GPEARI	20.2	Superou
O3: Maximizar o retorno da Ajuda Pública ao Desenvolvimento	23.7	Superou
O4: Maximizar o retorno financeiro da participação portuguesa nas Instituições Financeiras Internacionais	29.0	Superou
<b>Eficiência</b>	<b>40.5</b>	<b>Superou</b>
O5: Melhorar o grau de cumprimento dos prazos de resposta	31.1	Superou
O6: Optimizar resultados face aos recursos utilizados	55.5	Superou
O7: Reduzir custos administrativos	75.2	Superou
<b>Qualidade</b>	<b>25.0</b>	<b>Atingiu</b>
O8: Garantir a qualidade do serviço prestado	30.0	Atingiu
O9: Promover a sustentabilidade financeira, social e ambiental através da implementação de boas práticas nas áreas de recursos partilhados, compras ecológicas e inovação de processos	30.0	Atingiu
O10: Reforçar a mais-valia do conhecimento gerado no GPEARI, através de novos produtos/iniciativas	40.0	Atingiu

## Recursos Humanos

DESIGNAÇÃO	PONTUAÇÃO	PLANEADOS	REALIZADOS	DESVIO
Dirigentes - Direcção superior *	20.0000	60	51	9
Dirigentes - Direcção intermédia e Chefes de equipa *	16.0000	128	127	1
Técnico Superior *	12.0000	420	289	131
Coordenador Técnico *	9.0000	9	9	0
Assistente Técnico *	8.0000	24	25	-1
Assistente Operacional *	5.0000	5	5	0
Técnico de Informática	9.0000	27	28	-1
		673	534	

## Recursos Financeiros

DESIGNAÇÃO	PLANEADOS	EXECUTADOS	DESVIO
Orçamento de Funcionamento	1820775	1745902	74873
Despesas c/Pessoal	1729856	1623625	106231
Aquisições de Bens e Serviços	45400	122277	-76877
Outras Despesas Correntes	45519	0	45519
PIDDAC	75000	46062	28938
Outros Valores	4835000	3587531	1247469
TOTAL (OF + PIDDAC + Outros)	6730775	5379495	1351280

## Indicadores \_ Fonte de Verificação

### Ind 1. Número de documentos técnicos elaborados de suporte à formulação e monitorização de políticas e à representação institucional do MFAP

Sistema de indicadores de desempenho.

### Ind 2. Número de documentos publicados, de entre: artigos, working papers, publicação Economia Portuguesa

Página electrónica do GPEARI.

### Ind 3. Número de outputs resultantes de projectos desenvolvidos em colaboração com entidades externas

Sistema de indicadores de desempenho.

### Ind 4. Número de quadros superiores colocados em organismos externos (stock)

Sistema de indicadores de desempenho.

### Ind 5. Resultados das acções A11 e A31 do piloto orçamental da cooperação portuguesa(realizado vs previsto)/Custos das acções afectas ao GPEARI (realizado vs previsto)

DSCI.

Acção A11= Capacitação Institucional.

Acção A31= Participação nos organismos e mecanismos das Instituições Financeiras Internacionais, da UE, da ONU e de outras organizações internacionais.

### Ind 6. Financiamentos a entidades portuguesas do BEI e do CEB e valor dos contratos de outras IFIs, ganhos por empresas portuguesas (Índice 2007=100)

DSCI.

BEI=Banco Europeu de Investimento.

CEB=Banco de Desenvolvimento do Conselho da Europa.

### Ind 7. Percentagem de respostas e acções concluídas fora do prazo

Sistema de indicadores de desempenho.



## Indicadores \_ Fonte de Verificação

### **Ind 8. Índice de eficiência do serviço**

Sistema de indicadores de desempenho. Fórmula de cálculo: rácio entre o índice (ações realizadas/planeadas) e o índice (recursos financeiros realizado/planeado).

### **Ind 9. Percentagem de redução de custos administrativos por colaborador, face ao ano anterior**

DSRSI.

### **Ind 10. Nível de satisfação dos utilizadores (escala de 1 a 5)**

Inquérito de opinião aos utilizadores do serviço prestado pelo GPEARI.

### **Ind 11. Número de iniciativas implementadas**

Sistema de indicadores de desempenho.

### **Ind 12. Novas iniciativas implementadas**

Sistemas de indicadores de desempenho.





### A3. Avaliação do sistema de controlo interno

Questões	Aplicado			Fundamentação
	S	N	NA	
1 – Ambiente de controlo				
1.1 Estão claramente definidas as especificações técnicas do sistema de controlo interno?		X		
1.2 É efectuada internamente uma verificação efectiva sobre a legalidade, regularidade e boa gestão?	X			
1.3 Os elementos da equipa de controlo e auditoria possuem a habilitação necessária para o exercício da função?			X	Não existe departamento de auditoria interna.
1.4 Estão claramente definidos valores éticos e de integridade que regem o serviço (ex. códigos de ética e de conduta, carta do utente, princípios de bom governo)?		X		
1.5 Existe uma política de formação do pessoal que garanta a adequação do mesmo às funções e complexidade das tarefas?		X		
1.6 Estão claramente definidos e estabelecidos contactos regulares entre a direcção e os dirigentes das unidades orgânicas?	X			
1.7 O serviço foi objecto de acções de auditoria e controlo externo?		X		
2 – Estrutura organizacional				
2.1 A estrutura organizacional estabelecida obedece às regras definidas legalmente?	X			
2.2 Qual a percentagem de colaboradores do serviço avaliados de acordo com o SIADAP 2 e 3?	X			100%.
2.3 Qual a percentagem de colaboradores do serviço que frequentaram pelo menos uma acção de formação?	X			34%.
3 – Actividades e procedimentos de controlo administrativo implementados no serviço				
3.1 Existem manuais de procedimentos internos?	X			Na DSCI.
3.2 A competência para autorização da despesa está claramente definida e formalizada?	X			
3.3 É elaborado anualmente um plano de compras?	X			
3.4 Está implementado um sistema de rotação de funções entre trabalhadores?		X		Por manifesta carência de pessoal.
3.5 As responsabilidades funcionais pelas diferentes tarefas, conferências e controlos estão claramente definidas e formalizadas?		X		Estão definidas mas não formalizadas.
3.6 Há descrição dos fluxos dos processos, centros de responsabilidade por cada etapa e dos padrões de qualidade mínimos?	X			Processos contabilísticos.
3.7 Os circuitos dos documentos estão claramente definidos de forma a evitar redundâncias?	X			Embora não formalmente.
3.8 Existe um plano de gestão de riscos de corrupção e infracções conexas?	X			Para 2010.
3.9 O plano de gestão de riscos de corrupção e infracções conexas é executado e monitorizado?			X	Aplicável apenas a partir de 2010.
4 – Fiabilidade dos sistemas de informação				
4.1 Existem aplicações informáticas de suporte ao processamento de dados, nomeadamente, nas áreas de contabilidade, gestão documental e tesouraria?	X			
4.2 As diferentes aplicações estão integradas permitindo o cruzamento de informação?		X		
4.3 Encontra-se instituído um mecanismo que garanta a fiabilidade, oportunidade e utilidade dos outputs dos sistemas?		X		
4.4 A informação extraída dos sistemas de informação é utilizada nos processos de decisão?	X			
4.5 Estão instituídos requisitos de segurança para o acesso de terceiros a informação ou activos do serviço?	X			Existência de passwords e de e certificados de segurança.
4.6 A informação dos computadores de rede está devidamente salvaguardada (existência de backups)?	X			
4.7 A segurança na troca de informações e software está garantida?	X			



## A4. Quadros do Balanço Social

QUADRO 1.		Indicadores do Balanço Social		
Indicador	Unidade	Descrição	2008	2009
Nível etário	anos	Soma das idades / Total de recursos humanos	42	41
Índice de envelhecimento	%	Número de Recursos humanos com idade > 55 anos / Total de recursos humanos	19,5	15,9
Taxa de feminização	%	Total de mulheres / Total de recursos humanos	65,9	70,5
Índice de Tecnicidade	%	Número de técnicos superiores / Total de recursos humanos	48,8	59,1
Índice de Enquadramento	%	Número de Dirigentes / Total de Recursos humanos	26,8	22,7
Taxa de formação superior	%	(licenciados + mestres + doutoramentos) / Total dos recursos humanos	80,0	81,8
Antiguidade média da função pública	anos	Soma das antiguidades na função pública / Total de efectivos	n.d.	15
Índice de admissão	%	Número de admissões / Total de recursos humanos	14,6	9,1
Índice de saídas	%	Número de saídas / Total de recursos humanos	24,4	6,8
Taxa de absentismo	%	Número de dias de faltas / (Número anual de dias trabalháveis * x Número total de recursos humanos)	4,0	5,7
Leque salarial	nº	Maior remuneração base / Menor remuneração base	9,3	9,1

\* Retirados os dias de férias.

\*\* Se no serviço não for relevante a existência de diferentes horários pode ser tomado como referência o horário de 35 horas por semana.

QUADRO 2.	Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo a modalidade de vinculação e género						ANO: 2009
Grupo/cargo/carreira / Modalidades de vinculação	CT em funções públicas por tempo indeterminado		Comissão de serviço no âmbito da LVCR		TOTAL		TOTAL
	M	F	M	F	M	F	
Dirigente superior a)			2	1	2	1	3
Dirigente intermédio a)			2	5	2	5	7
Técnico superior	6	20			6	20	26
Assistente técnico	1	2			1	2	3
Assistente operacional		1			0	1	1
Informático	2	2			2	2	4
<b>Total</b>	<b>9</b>	<b>25</b>	<b>4</b>	<b>6</b>	<b>13</b>	<b>31</b>	<b>44</b>

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Lei nº 2/2004, de 15 de Janeiro).

QUADRO 3.	Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o escalão etário e género																		ANO: 2009
Grupo/cargo/carreira / Modalidades de vinculação	25-29		30-34		35-39		40-44		45-49		50-54		55-59		60-64		65-69		TOTAL
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Dirigente superior a)					1	1							1						2 1 3
Dirigente intermédio a)			1		2	1	3												2 5 7
Técnico superior	1	4	2	4	1	4		5			1	1	1	1			1	6	20 26
Assistente técnico								1					2					1	2 3
Assistente operacional															1			0	1 1
Informático					1				1	1			1					2	2 4
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>4</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>2</b>	<b>7</b>	<b>2</b>	<b>8</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>4</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>13 31 44</b>

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Lei nº 2/2004, de 15 de Janeiro).





<b>QUADRO 4.</b>		Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo nível de antiguidade e género																		ANO: 2009	
Grupo/cargo/carreira / Modalidades de vinculação	até 5 anos		5-9		10-14		15-19		20-24		25-29		30-34		35-39		40 ou mais anos		TOTAL		TOTAL
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Dirigente superior a)					1	1									1				2	1	3
Dirigente intermédio a)			2		2		3												2	5	7
Técnico superior	3	11		1	1	3		1		2			1	1		1		1	5	21	26
Assistente técnico											1					2			1	2	3
Assistente operacional												1							0	1	1
Informático					1							1	1	1					2	2	4
<b>Total</b>	<b>3</b>	<b>11</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>6</b>	<b>0</b>	<b>4</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>12</b>	<b>32</b>	<b>44</b>

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Lei nº 2/2004, de 15 de Janeiro).

QUADRO 5.		Contagem dos trabalhadores admitidos ou regressados durante o ano, por grupo/cargo/carreira e género, segundo o modo de ocupação do posto de trabalho ou modalidade de vinculação																2009
Grupo/cargo/carreira/ Modalidades de vinculação	Procedimento concursal		Cedência de interesse público		Mobilidade interna a órgãos ou serviços		Regresso de licença		Comissão de serviço		CEAGP		Outras situações		TOTAL		TOTAL	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F		
Dirigente superior a)															0	0	0	
Dirigente intermédio a)															0	0	0	
Técnico superior		1	1	1		1									1	3	4	
Assistente técnico															0	0	0	
Assistente operacional															0	0	0	
Informático															0	0	0	
Total	0	1	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	3	4	

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Lei nº 2/2004, de 15 de Janeiro).



QUADRO 6.	Contagem das saídas dos trabalhadores contratados, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo de saída e género						ANO: 2009
Grupo/cargo/carreira/ Modalidades de vinculação	Resolução por iniciativa do trabalhador		Outros		TOTAL		TOTAL
	M	F	M	F	M	F	
Dirigente superior a)					0	0	0
Dirigente intermédio a)					0	0	0
Técnico superior	1	2	2		3	2	5
Assistente técnico					0	0	0
Assistente operacional					0	0	0
Informático					0	0	0
Total	1	2	2	0	3	2	5

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Lei n° 2/2004, de 15 de Janeiro).

QUADRO 7.		Contagem das mudanças de situação dos trabalhadores, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo e género												ANO: 2009
Grupo/cargo/carreira / Modalidades de vinculação	Promoções		Alteração obrigatória de posicionamento remuneratório		Alteração de posicionamento remuneratório por opção gestionária		Procedimento concursal		Consolidação da mobilidade na categoria		TOTAL		TOTAL	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F		
Dirigente superior a)											0	0	0	
Dirigente intermédio a)					1	1					1	1	2	
Técnico superior					1	1	1	1			2	2	4	
Assistente técnico						1					0	1	1	
Assistente operacional						1					0	1	1	
Informático							2	2			2	2	4	
Total	0	0	0	0	2	4	3	3	0	0	5	7	12	

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Lei n° 2/2004, de 15 de Janeiro).



<b>QUADRO 8.</b>	<b>Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira e género, segundo a modalidade de horário de trabalho e género</b>										<b>ANO: 2009</b>
Grupo/cargo/carreira / Modalidades de vinculação	Rígido		Fléxivel		Jornada contínua		Isenção de horário		TOTAL		TOTAL
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Dirigente superior a)							2	1	2	1	3
Dirigente intermédio a)							2	5	2	5	7
Técnico superior	6	20							6	20	26
Assistente técnico	1	2							1	2	3
Assistente operacional		1							0	1	1
Informático	2	1				1			2	2	4
<b>Total</b>	<b>9</b>	<b>24</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>4</b>	<b>6</b>	<b>13</b>	<b>31</b>	<b>44</b>

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Lei nº 2/2004, de 15 de Janeiro).

<b>QUADRO 9.</b>	<b>Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira e género, segundo o período normal de trabalho (PNT) e género</b>				<b>ANO: 2009</b>
Grupo/cargo/carreira / Modalidades de vinculação	Tempo Completo (35 horas)		TOTAL		TOTAL
	M	F	M	F	
Dirigente superior a)	2	1	2	1	3
Dirigente intermédio a)	2	5	2	5	7
Técnico superior	6	20	6	20	26
Assistente técnico	1	2	1	2	3
Assistente operacional		1	0	1	1
Informático	2	2	2	2	4
<b>Total</b>	<b>13</b>	<b>31</b>	<b>13</b>	<b>31</b>	<b>44</b>

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Lei nº 2/2004, de 15 de Janeiro).



## A5. Mapa de Execução Orçamental

Ministério da Finanças e da Administração Pública

Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais

## EXECUÇÃO ORÇAMENTAL entre 01.01.2009 e 31.12.2009

(em euros)

				Orçamento Inicial	Orçamento Corrigido	Pagamentos Líquidos	Saldos
<b>ORÇAMENTO DE FUNCIONAMENTO</b>							
<b>010000</b>	<b>Despesas com pessoal</b>			<b>1.729.855</b>	<b>1.645.836</b>	<b>1.613.447</b>	<b>32.389</b>
<b>010100</b>			<b>Remunerações certas e permanentes</b>	<b>1.519.556</b>	<b>1.446.880</b>	<b>1.428.567</b>	<b>18.313</b>
010103	AO	00	Pessoal em funções	710.659	1.016.868	1.008.810	8.058
010103	CO	00	Alterações facultativas de posicionamento remuneratório	6.285	3.131	3.131	0
010103	DO	00	Recrutamento de pessoal para novos postos de trabalho	335.372	0	0	0
010108	AO	00	Pessoal a aguardar aposentação	7.980	0	0	0
010109	AO	00	Pessoal em qualquer outra situação	159.834	159.834	149.670	10.164
010111	AO	00	Representação	41.306	40.081	40.079	2
010112	AO	00	Suplementos e prémios	2.569	2.745	2.744	1
010113	AO	00	Subsídio de refeição	36.342	45.386	45.384	2
010113	DO	00	Subsídio de refeição	17.903	0	0	0
010114	AO	00	Subsídios de férias e de Natal	146.061	178.835	178.749	86
010114	DO	00	Subsídios de férias e de Natal	55.245	0	0	0
<b>010200</b>			<b>Abonos variáveis ou eventuais</b>	<b>54.154</b>	<b>72.382</b>	<b>58.648</b>	<b>13.734</b>
010202	OO	00	Horas extraordinárias	3.000	1.300	1.152	148
010204	OO	00	Ajudas de custo	25.912	56.188	45.787	10.401
010208	OO	00	Subsídio de alojamento	10.436	5.708	5.707	1
010212	OO	00	Indemnizações por cessação de funções	3.990	0	0	0
010213	PD	00	Prémios de desempenho	8.956	8.956	5.772	3.184
010214	OO	00	Outros abonos em numerário ou espécie	1.860	230	230	0
<b>010300</b>			<b>Segurança social</b>	<b>156.145</b>	<b>126.574</b>	<b>126.232</b>	<b>342</b>
010303	OO	00	Subsídio familiar a crianças e jovens	5.333	4.932	4.866	66
010304	OO	00	Outras contribuições familiares	1.031	1.120	1.077	43
010305	AO	AO	Caixa Geral de Aposentações	74.543	72.850	72.850	0
010305	AO	BO	Segurança Social	75.239	47.672	47.439	233
<b>020000</b>	<b>Aquisição de bens e serviços</b>			<b>45.400</b>	<b>174.939</b>	<b>105.128</b>	<b>69.811</b>
<b>020100</b>			<b>Aquisição de bens</b>	<b>10.300</b>	<b>23.409</b>	<b>18.636</b>	<b>4.773</b>
020102	OO	00	Combustíveis e lubrificantes	2.000	4.691	2.077	2.614
020104	OO	00	Limpeza e higiene	1.500	1.868	1.618	250
020108	OO	00	Material de escritório	5.000	9.000	8.341	659
020121	OO	00	Outros bens	1.800	7.850	6.600	1.250
<b>020200</b>			<b>Aquisição de serviços</b>	<b>35.100</b>	<b>151.530</b>	<b>86.492</b>	<b>65.038</b>
020203	OO	00	Conservação de bens	500	5.346	346	5.000
020205	OO	00	Locação de material de informática	0	15.368	9.384	5.984
020209	AO	00	Acessos à internet	3.000	1.863	363	1.501
020209	CO	00	Comunicações fixas de voz	5.000	28.612	12.719	15.893
020209	DO	00	Comunicações móveis	4.000	9.833	4.999	4.834
020209	FO	00	Outros serviços de comunicações	500	1.144	644	500
020210	OO	00	Transportes	3.000	2.600	1.995	605
020211	OO	00	Representação dos serviços	1.500	5.428	428	5.000
020212	OO	00	Seguros	1.000	1.000	439	561
020213	OO	00	Deslocações e estadas	8.100	54.300	45.629	8.671
020215	OO	00	Formação	0	1.980	1.980	0
020219	OO	00	Assistência técnica	8.500	5.603	5.603	0
020225	OO	00	Outros serviços	0	18.453	1.964	16.489
<b>060000</b>	<b>Outras despesas correntes</b>			<b>45.519</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
060203	RO	00	Reserva	45.519	0	0	0
<b>Totais</b>				<b>1.820.774</b>	<b>1.820.775</b>	<b>1.718.575</b>	<b>102.200</b>



(em euros)

				Orcamento Inicial	Orcamento Corrigido	Pagamentos Líquidos	Saldos
<b>ORÇAMENTO DE COOPERAÇÃO</b>							
<b>010000</b>	<b>Despesas com pessoal</b>			<b>932.208</b>	<b>955.555</b>	<b>713.284</b>	<b>242.271</b>
<b>010100</b>			<b>Remunerações certas e permanentes</b>	<b>426.500</b>	<b>494.542</b>	<b>463.360</b>	<b>31.182</b>
010103	AO	00	Pessoal em funções	60.000	117.234	92.922	24.312
010112	AO	00	Suplementos e prémios	356.500	356.500	353.755	2.745
010114	AO	00	Subsídios de férias e de Natal	10.000	20.808	16.683	4.125
<b>010200</b>			<b>Abonos variáveis ou eventuais</b>	<b>500.458</b>	<b>450.763</b>	<b>239.911</b>	<b>210.852</b>
010204	00	00	Ajudas de custo	500.458	450.458	239.608	210.850
010214	00	00	Outros abonos em numerário ou espécie	0	305	303	2
<b>010300</b>			<b>Segurança social</b>	<b>5.250</b>	<b>10.250</b>	<b>10.013</b>	<b>237</b>
010305	AO	AO	Caixa Geral de Aposentações	5.250	10.250	10.013	237
<b>020000</b>	<b>Aquisição de bens e serviços</b>			<b>1.493.166</b>	<b>1.237.023</b>	<b>959.551</b>	<b>277.472</b>
<b>020100</b>			<b>Aquisição de bens</b>	<b>122.750</b>	<b>57.750</b>	<b>1.330</b>	<b>56.420</b>
020102	00	00	Combustíveis e lubrificantes	120.000	55.000	746	54.254
020108	00	00	Material de escritório	2.500	2.500	584	1.916
020118	00	00	Livros e documentação técnica	250	250	0	250
<b>020200</b>			<b>Aquisição de serviços</b>	<b>1.370.416</b>	<b>1.179.273</b>	<b>958.221</b>	<b>221.052</b>
020205	00	00	Locação de material de informática	0	3.300	1.943	1.357
020209	AO	00	Acessos à internet	0	1.500	1.356	144
020209	CO	00	Comunicações fixas de voz	1.000	1.000	0	1.000
020209	DO	00	Comunicações móveis	2.000	2.000	991	1.009
020209	FO	00	Outros serviços de comunicações	750	750	390	360
020210	00	00	Transportes	0	10.000	7.154	2.846
020211	00	00	Representação dos serviços	1.000	59.050	54.590	4.460
020212	00	00	Seguros	10.700	2.700	617	2.083
020213	00	00	Deslocações e estadas	1.224.966	979.973	821.677	158.296
020214	00	00	Estudos, pareceres, projectos e consultoria	100.000	24.000	5.912	18.088
020220	00	00	Outros trabalhos especializados	0	20.000	0	20.000
020225	00	00	Outros serviços	30.000	75.000	63.592	11.408
<b>040000</b>	<b>Transferências correntes</b>			<b>2.370.375</b>	<b>2.180.178</b>	<b>1.813.776</b>	<b>366.402</b>
<b>040900</b>			<b>Resto do mundo</b>	<b>2.370.375</b>	<b>2.180.178</b>	<b>1.813.776</b>	<b>366.402</b>
040903	00	00	Países terceiros e organizações internacionais	2.370.375	2.180.178	1.813.776	366.402
<b>050000</b>	<b>Subsídios</b>			<b>0</b>	<b>48.000</b>	<b>25.810</b>	<b>22.190</b>
<b>050800</b>			<b>Famílias</b>	<b>0</b>	<b>48.000</b>	<b>25.810</b>	<b>22.190</b>
050803	00	00	Outras	0	48.000	25.810	22.190
<b>070000</b>	<b>Aquisição de bens de capital</b>			<b>39.251</b>	<b>43.251</b>	<b>15.065</b>	<b>28.186</b>
<b>070100</b>			<b>Investimentos</b>	<b>39.251</b>	<b>43.251</b>	<b>15.065</b>	<b>28.186</b>
070107	AO	BO	Equipamento de informática	25.000	26.000	0	26.000
070108	AO	BO	Software informático	14.251	15.251	14.219	1.032
070109	AO	BO	Equipamento administrativo	0	1.000	847	153
070110	AO	BO	Equipamento básico	0	1.000	0	1.000
<b>080000</b>	<b>Transferências de capital</b>			<b>0</b>	<b>100.000</b>	<b>55.694</b>	<b>44.306</b>
<b>080900</b>			<b>Resto do mundo</b>	<b>0</b>	<b>100.000</b>	<b>55.694</b>	<b>44.306</b>
080903	0	00	Países terceiros e organizações internacionais	0	100.000	55.694	44.306
<b>Totais</b>				<b>4.835.000</b>	<b>4.564.007</b>	<b>3.583.181</b>	<b>980.826</b>

<b>ORÇAMENTO DE PIDDAC</b>							
<b>P 006 - Construção, remodelação e apetrechamento das instalações</b>							
<b>020000</b>	<b>Aquisição de bens e serviços</b>			<b>0</b>	<b>14.852</b>	<b>14.219</b>	<b>633</b>
<b>020200</b>			<b>Aquisição de serviços</b>	<b>0</b>	<b>14.852</b>	<b>14.219</b>	<b>633</b>
020203	00	00	Conservação de bens	0	14.852	14.219	633
<b>070000</b>	<b>Aquisição de bens de capital</b>			<b>18.000</b>	<b>943</b>	<b>942</b>	<b>1</b>
<b>070100</b>			<b>Investimentos</b>	<b>18.000</b>	<b>943</b>	<b>942</b>	<b>1</b>
070103	AO	BO	Edifícios	6.000	0	0	0
070109	AO	BO	Equipamento administrativo	12.000	943	942	1
			<b>Sub-totais</b>	<b>18.000</b>	<b>15.795</b>	<b>15.162</b>	<b>633</b>
<b>P 001 - Sociedade de informação e governo electrónico</b>							
<b>070000</b>	<b>Aquisição de bens de capital</b>			<b>50.000</b>	<b>47.000</b>	<b>30.900</b>	<b>16.100</b>
<b>070100</b>			<b>Investimentos</b>	<b>50.000</b>	<b>47.000</b>	<b>30.900</b>	<b>16.100</b>
070107	AO	BO	Equipamento de informática	20.000	20.000	16.390	3.610
070108	AO	BO	Software informático	30.000	27.000	14.510	12.490
			<b>Sub-totais receitas gerais</b>	<b>50.000</b>	<b>47.000</b>	<b>30.900</b>	<b>16.100</b>
<b>070000</b>	<b>Aquisição de bens de capital</b>			<b>93.209</b>	<b>93.209</b>	<b>0</b>	<b>93.209</b>
<b>070100</b>			<b>Investimentos</b>	<b>93.209</b>	<b>93.209</b>	<b>0</b>	<b>93.209</b>
070107	AO	BO	Equipamento de informática	26.438	26.438	0	26.438
070108	AO	BO	Software informático	66.771	66.771	0	66.771
			<b>Sub-totais receitas FEDER</b>	<b>93.209</b>	<b>93.209</b>	<b>0</b>	<b>93.209</b>
<b>P 003 - Formação profissional e emprego</b>							
<b>020000</b>	<b>Aquisição de bens e serviços</b>			<b>7.000</b>	<b>6.580</b>	<b>0</b>	<b>6.580</b>
<b>020200</b>			<b>Aquisição de serviços</b>	<b>7.000</b>	<b>6.580</b>	<b>0</b>	<b>6.580</b>
020215	00	00	Formação	7.000	6.580	0	6.580
			<b>Sub-totais receitas gerais</b>	<b>7.000</b>	<b>6.580</b>	<b>0</b>	<b>6.580</b>
<b>020000</b>	<b>Aquisição de bens e serviços</b>			<b>23.000</b>	<b>23.000</b>	<b>0</b>	<b>23.000</b>
<b>020200</b>			<b>Aquisição de serviços</b>	<b>23.000</b>	<b>23.000</b>	<b>0</b>	<b>23.000</b>
020215	00	00	Formação	23.000	23.000	0	23.000
			<b>Sub-totais receitas FSE</b>	<b>23.000</b>	<b>23.000</b>	<b>0</b>	<b>23.000</b>
<b>Totais</b>				<b>191.209</b>	<b>185.584</b>	<b>46.062</b>	<b>139.522</b>